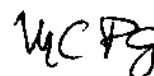


**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, NOMINATIVAS E ESCRITURAIS, COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, DA CANABRAVA ENERGÉTICA S.A.**

Pelo presente instrumento particular:

- a) **CANABRAVA ENERGÉTICA S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, na Rodovia RJ - 224, sem número, (parte), Distrito de Travessão, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 11.235.729/0001-63, inscrita no NIRE sob o n.º 33.3.0029153-9, com atos constitutivos devidamente arquivados na JUCERJA, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seus representantes legais abaixo assinados, nomeada neste instrumento, como emissora ("Emissora");
- b) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 36.113.876/0001-91, com atos constitutivos devidamente arquivados na JUCERJA, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes legais abaixo assinados, nomeada neste instrumento, como agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), nos termos da Lei nº 6.404/76, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente Emissão;
- c) **ALÉIA S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 700, Bloco 6, Sala 234, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 10.217.596/0001-30, inscrita no NIRE sob o n.º 33.3.0028767-1, com atos constitutivos devidamente arquivados na JUCERJA, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seus representantes legais abaixo assinados, nomeada neste instrumento, como agente de cálculo ("Agente de Cálculo");
- d) **ÁLCOOL QUÍMICA CANABRAVA S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, na Rodovia RJ - 224, sem



número, Distrito de Travessão, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.627.254/0001-58, inscrita no NIRE sob o n.º 33.3.0028741-8, com atos constitutivos devidamente arquivados na JUCERJA, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seus representantes legais abaixo assinados, nomeada neste instrumento, como controladora da Emissora ("Controladora");

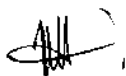
- e) **LUDOVICO GIANNATTASIO**, brasileiro, engenheiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, portador do documento de identidade n.º 16.979-D - CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 093.319.567-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Jardim Botânico, n.º 256/502, Jardim Botânico, nomeado neste instrumento, como fiador ("Fiador"); e,
- f) **MARIA CRISTINA PAPINI GIANNATTASIO**, brasileira, museóloga, casada sob o regime de comunhão universal de bens, portadora do documento de identidade RG n.º 02110046-6, expedida pelo IFP, inscrita no CPF/MF sob o n.º 004.183.517-40, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Jardim Botânico, n.º 256/502, Jardim Botânico, nomeada neste instrumento, como fiadora ("Fiadora") (Fiador e Fiadora adiante definidos em conjunto como "Fiadores").

(Emissora, Agente Fiduciário, Agente de Cálculo, Controladora e Fiadores, doravante denominados em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte")

Vêm, por meio desta, firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, Nominativas e Escriturais, com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Canabrava Energética S.A. ("Escritura de Emissão"), em observância às seguintes cláusulas e condições:

#### CAPÍTULO I - DEFINIÇÕES

1. Para todos os fins e efeitos da presente Escritura de Emissão, todos os termos abaixo iniciados com letra maiúscula, utilizados no corpo da presente Escritura de Emissão, terão os significados que lhes são atribuídos abaixo. Adicionalmente, a menos que o contexto disponha de outra forma: (i) os títulos são inseridos apenas por conveniência e



não afetam sua interpretação; (ii) as referências a cláusulas e/ou itens devem ser interpretadas como referências às cláusulas e/ou itens deste documento; (iii) palavras no singular terão o mesmo significado no plural, e vice-versa; e (iv) referências a qualquer dispositivo legal ou regulamentar devem ser interpretadas como referências a tais dispositivos conforme em vigor à época.

<u>"AGE"</u> :	Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 27 de abril de 2010, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, que autorizou a realização da Emissão;
<u>"Agente de Obras"</u> :	Praxis Avaliação Patrimonial Ltda., pessoa jurídica de direito privado com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, Rua Conde de Bonfim, 106 - Sbr. 105, inscrita no CNPJ sob o nº 02.393.061/0001-91, registrada no CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia sob o nº 098-2-0167-3-RJ;
<u>"Alienação Fiduciária de Ações"</u> :	A alienação fiduciária, realizada pela Controladora, da totalidade das ações de emissão da Emissora em favor do Agente Fiduciário, em garantia ao cumprimento das Obrigações Garantidas, formalizada nos termos do <i>Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e outras Avenças</i> , celebrado em 3 de maio de 2010, entre a Controladora, a Emissora e o Agente Fiduciário;
<u>"Constituição Futura de Alienação Fiduciária de Imóvel"</u> :	A constituição futura de alienação fiduciária, realizada pela Controladora, do imóvel devidamente descrito e caracterizado na matrícula nº 129, da 9ª Circunscrição Imobiliária da Cidade de Campos dos Goytacazes, em favor do Agente Fiduciário, em garantia ao cumprimento das Obrigações Garantidas, formalizada nos termos do <i>Instrumento Particular de Constituição Futura de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e outras Avenças</i> , celebrado em 3 de maio de 2010, entre a Controladora, a Emissora e o Agente Fiduciário;
<u>"ANBIMA"</u> :	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;

<u>"ANEEL":</u>	Agência Nacional de Energia Elétrica;
<u>"Área de Implantação":</u>	Área na qual será instalada a Planta de Cogeração, perfeitamente descrita e caracterizada no Comodato;
<u>"Assembleia Geral de Debenturistas":</u>	Assembleia Geral de Debenturistas na forma descrita no Capítulo IX;
<u>"Banco Mandatário" e "Instituição Depositária":</u>	O banco mandatário da Emissão e instituição depositária das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n.º, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12;
<u>"Cessão Fiduciária da Conta-Vinculada - Colocação":</u>	Cessão fiduciária da Conta-Vinculada - Colocação, conforme estabelecido na cláusula 59 desta Escritura de Emissão;
<u>"Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios":</u>	A cessão fiduciária em garantia ao cumprimento das Obrigações Garantidas, constituída pela Controladora e pela Emissora, em favor do Agente Fiduciário: (a) dos direitos creditórios, especificados no referido instrumento, decorrentes da comercialização de energia elétrica; (b) dos recursos mantidos na Conta Vinculada - Direitos Creditórios; e (c) dos recursos mantidos no Fundo de Liquidez, formalizada nos termos do <i>Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e outras Avenças</i> , celebrado em 3 de maio de 2010, entre a Controladora, a Emissora, o Deutsche Bank e o Agente Fiduciário;
<u>"Cessão Fiduciária de RCEs":</u>	A cessão fiduciária em garantia ao cumprimento das Obrigações Garantidas, constituída pela Emissora, em favor do Agente Fiduciário da expectativa de direito a emissão de RCEs e das RCEs que vierem a ser, de tempos em tempos, emitidas pela Emissora, formalizado nos termos do <i>Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Relativos às Reduções Certificadas de Emissões - RCEs em Garantia e outras Avenças</i> , celebrado em 3 de maio de 2010, entre a Emissora, o Agente de Cálculo e o Agente Fiduciário;
<u>"CETIP":</u>	CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;

<u>"Código de Processo Civil":</u>	Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada;
<u>"Comodato":</u>	<i>Instrumento Particular de Comodato de Imóvel</i> , celebrado entre a Controladora e a Emissora, com a anuência da Portopar, tendo por objeto a Área de Implantação;
<u>"Comunicação de Resgate":</u>	Publicação de aviso aos Debenturistas, a ser amplamente divulgado, nos termos desta Escritura de Emissão, pela Emissora, com o auxílio operacional do Agente Fiduciário, acerca de evento de resgate a ser efetuado;
<u>"Comunicação de Amortização":</u>	Publicação de aviso aos Debenturistas, a ser amplamente divulgado nos termos desta Escritura de Emissão, pela Emissora, com o auxílio operacional do Agente Fiduciário, acerca de evento de amortização parcial a ser efetuado;
<u>"Conta-Vinculada - Colocação":</u>	Conta-corrente nº 100851-8, do Deutsche Bank, Banco nº 487, Agência 0001, de titularidade da Emissora, na qual serão depositados os recursos financeiros advindos da colocação das Debêntures, que serão utilizados conforme as disposições previstas nesta Escritura de Emissão;
<u>"Conta-Vinculada - Direitos Creditórios":</u>	Conta-corrente nº 100852-7, do Deutsche Bank, Banco nº 487, Agência 0001, de titularidade da Emissora, na qual serão depositados os recursos financeiros advindos da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, destinados à formação do Fundo de Liquidez e ao pagamento dos valores devidos aos Debenturistas. A Conta Vinculada - Direitos Creditórios será movimentada exclusivamente pelo Deutsche Bank, conforme orientações do Agente Fiduciário;
<u>"Contrato de Depósito Vinculado":</u>	Contrato de Depósito Vinculado, celebrado entre a Emissora, a Controladora, o Agente Fiduciário e o Deutsche Bank, contendo o Cronograma Físico-Financeiro como Anexo;
<u>"Contrato de Distribuição":</u>	Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures, sob o Regime de Melhores Esforços de Subscrição, celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder;
<u>"Coordenador" ou</u>	ASM Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores

<u>"Coordenador Líder":</u>	Mobiliários S.A., instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 700, Bloco 6, Grupo 326, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.678.955/0001.28, inscrita no NIRE sob o n.º 33.2.0613117-5, com atos constitutivos devidamente arquivados na JUCERJA;
<u>"Cronograma Físico-Financeiro":</u>	Cronograma Físico-Financeiro das obras de instalação da Planta de Cogeração, constante como Anexo do Contrato de Depósito Vinculado;
<u>"CVM":</u>	Comissão de Valores Mobiliários;
<u>"Data da Emissão":</u>	Para todos os efeitos legais, a data de emissão será a data da primeira subscrição e integralização realizada por qualquer Investidor Qualificado;
<u>"Data de Comissionamento":</u>	Data de conclusão dos testes de verificação de toda a infraestrutura relativa à Planta de Cogeração atestando o regular funcionamento das máquinas e equipamentos;
<u>"Data de Resgate Antecipado":</u>	Qualquer data em que for efetivado o resgate antecipado total das Debêntures, pela Emissora;
<u>"Data de Vencimento":</u>	A data de vencimento das Debêntures, qual seja 1º de dezembro de 2018;
<u>"Data de Verificação":</u>	Data de Verificação da necessidade de contratação da Fiança Bancária, a qual ocorrerá no dia 18 de outubro de 2012, ou seja, 30º (trigésimo) Dia Útil anterior ao encerramento do Período de Carência e no mesmo dia 18 dos meses de outubro subsequentes, até o vencimento da Emissão;
<u>"Datas de Amortização":</u>	Anualmente, conforme cláusula 37 desta Escritura de Emissão;
<u>"Debêntures em Circulação":</u>	Todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora;
<u>"Debêntures em Circulação - Assembleia":</u>	Todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) de titularidade de (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas); (b) controladoras (ou grupo de

	controle) da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas;
<u>"Debêntures"</u> :	As debêntures relativas à presente Emissão;
<u>"Debenturista"</u> :	Os titulares das Debêntures;
<u>"Deutsche Bank"</u> :	Deutsche Bank S.A.- Banco Alemão, instituição financeira, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 13º, 14º e 15º andares, CEP 04538-132, contratado através da celebração do Contrato de Depósito Vinculado;
<u>"Dia Útil"</u> :	Todo e qualquer dia exceto sábado, domingo e feriado nacional;
<u>"Documentos da Operação"</u> :	Quando mencionados em conjunto (i) a Alienação Fiduciária de Ações; (ii) a Constituição Futura de Alienação Fiduciária de Imóvel; (iii) a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; (iv) a Cessão Fiduciária de RCEs; (v) o Comodato; (vi) o Contrato de Distribuição; (vii) Escritura de Emissão; (viii) Contrato de Depósito Vinculado, e (ix) quaisquer outros documentos celebrados ou a serem celebrados no âmbito desta Emissão;
<u>"EBITDA"</u> :	Lucro operacional da Emissora antes das despesas financeiras, tributos, depreciações e amortizações, para os 02 (dois) últimos e consecutivos semestres fiscais;
<u>"Emissão"</u> :	A presente Emissão de Debêntures;
<u>"Evento de Vencimento Antecipado"</u> :	Todo e qualquer evento de vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na cláusula 60 abaixo;
<u>"Fiança"</u> :	A fiança prestada pelos Fiadores nos termos desta Escritura de Emissão;
<u>"Fiança Bancária"</u> :	Fiança bancária a ser contratada pela Emissora junto à instituição financeira nos termos da cláusula 58;
<u>"Fundo de</u>	Fundo de liquidez a ser constituído na Conta Vinculada

<u>"Liquidez":</u>	Direitos Creditórios, com recursos oriundos da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, no montante mínimo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), de acordo com os termos e condições previstos na Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e no Contrato de Depósito Vinculado;
<u>"Garantias":</u>	(i) a Alienação Fiduciária de Ações, (ii) a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, (iii) a Cessão Fiduciária de RCEs, (iv) a Cessão Fiduciária da Conta-Vinculada - Colocação e da Conta Vinculada - Direitos Creditórios, (v) a Fiança, (vi) a Fiança Bancária, quando mencionadas em conjunto;
<u>"IGP-M/FGV":</u>	Índice Geral de Preços do Mercado, medido e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
<u>"Índice de Atualização Monetária":</u>	IGP-M/FGV;
<u>"Instrução CVM n.º 28":</u>	Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983;
<u>"Instrução CVM n.º 358":</u>	Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002;
<u>"Instrução CVM n.º 400":</u>	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003;
<u>"Instrução CVM n.º 409":</u>	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004;
<u>"Instrução CVM n.º 476":</u>	Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009;
<u>"Investidores Qualificados" ou "Investidores":</u>	Definidos nos termos da Instrução CVM n.º 476, e nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, observado que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, valores mobiliários no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);



" <u>JUCERJA</u> ":	Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro;
" <u>Juros Remuneratórios</u> ":	10% (dez por cento) ao ano, calculados de acordo com a cláusula 36 abaixo;
" <u>Lei das Sociedades por Ações</u> ":	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;
" <u>LI</u> ":	Licença de Instalação, concedida pelo órgão ambiental competente. Autoriza a implantação de Planta de Cogeração de energia sob determinadas condições especificadas na referida licença, de acordo com a legislação em vigor;
" <u>LO</u> ":	Licença de Operação, concedida pelo órgão ambiental competente. Autoriza a operação de Planta de Cogeração de energia sob determinadas condições especificadas na referida licença, de acordo com a legislação em vigor;
" <u>Lote Suplementar</u> "	Lote suplementar de Debêntures, a critério do Coordenador Líder, em comum acordo com a Emissora, em montante equivalente a até 15% (quinze por cento) do Valor Total da Emissão, na Data da Emissão;
" <u>Mudança Material Adversa</u> ":	A mudança que, a critério exclusivo dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, seja considerada materialmente adversa nos negócios e/ou na situação econômica da Emissora, dos Fiadores, da Controladora e demais controladores;
" <u>Obrigações Garantidas</u> ":	Todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora por meio dos Documentos da Operação e suas posteriores alterações, o que inclui, principalmente, mas não se limita, ao pagamento das Debêntures, as quais serão atualizadas e remuneradas na forma definida nesta Escritura de Emissão, bem como em todos e quaisquer obrigações assumidas pela Emissora nos Documentos da Operação, incluindo o pagamento dos custos, comissões, encargos e despesas da Emissão e a totalidade das obrigações acessórias, tais como encargos moratórios, multas, penalidades, despesas, custas, honorários, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos;

<u>"Oferta Restrita" ou "Oferta":</u>	Oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476 e da Instrução CVM n.º 400, conforme aplicável;
<u>"Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios":</u>	Anual, conforme cláusula 37 desta Escritura de Emissão;
<u>"Período de Carência":</u>	Período de carência para o pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário, Atualização e dos Juros Remuneratórios, que se inicia na Data de Emissão e termina na primeira Data de Amortização, ou seja, 1º de dezembro de 2012;
<u>"Período de Cura":</u>	Extensão de prazo concedida a Emissora para o adimplemento, total ou parcial, de quaisquer Obrigações Garantidas;
<u>"PIE":</u>	Produtora Independente de Energia, pessoa jurídica que recebe concessão ou autorização da ANEEL para produzir energia elétrica destinada ao comércio de toda ou parte da energia produzida, por sua conta e risco;
<u>"Planta de Cogeração":</u>	Planta de cogeração de energia elétrica, a ser desenvolvida na Área de Implantação, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro, na qual será desenvolvida e produzida, a partir do bagaço da cana-de-açúcar, a energia elétrica;
<u>"Portopar":</u>	Portopar Participações S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, na Rodovia RJ - 224, sem número, (parte), Distrito de Travessão, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.340.609/0001-59, inscrita no NIRE sob o n.º 33.2.0748887-5, com atos constitutivos devidamente arquivados na JUCERJA;
<u>"Premissas Técnicas":</u>	A Emissora se compromete a seguir as premissas técnicas, constantes do Anexo I do Contrato de Cessão Fiduciária de RCEs, durante o período de operação da Planta de Cogeração até o integral pagamento das Debêntures. O

	acompanhamento do atendimento das premissas técnicas será realizado pelo Agente de Cálculo;
<b>"Reais":</b>	Moeda oficial corrente no Brasil;
<b>"Resolução Autorizativa n.º 2.249":</b>	Resolução Autorizativa n.º 2.249, publicada pela ANEEL em 19 de janeiro de 2010, por meio da qual a ANEEL concedeu à Controladora a autorização para o exercício da atividade de PIE;
<b>"Resolução n.º 389":</b>	Resolução Normativa n.º 389, publicada pela ANEEL em 15 de dezembro de 2009;
<b>"SDT":</b>	SDT - Módulo de Distribuição de Títulos administrado e operacionalizado pela CETIP;
<b>"Seguro Patrimonial":</b>	Seguro Patrimonial a ser contratado pela Emissora, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, tendo como beneficiário o Agente Fiduciário. Nas hipóteses de sinistro, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturista para deliberar: (i) sobre reposição dos bens sinistrados; ou (ii) vencimento antecipado das Debêntures, em ambos os casos observando-se o quorum da cláusula 63 a seguir;
<b>"Seguro Performance":</b>	Seguro de performance, na modalidade "Performance Bond", a ser contratado pela Emissora, no prazo máximo de até 30 (trinta) Dias Úteis a contar da primeira integralização das Debêntures, em percentual correspondente a 30% (trinta por cento) do valor total das obras de construção da Planta de Cogeração, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro;
<b>"Serviço da Dívida":</b>	Soma dos juros da dívida total da Emissora devidos nos 2 (dois) semestres subsequentes a cada Data de Verificação, exceto quaisquer atualizações monetárias;
<b>"SND":</b>	SND - Módulo Nacional de Debêntures administrado e operacionalizado pela CETIP;
<b>"Valor Nominal Unitário":</b>	O valor nominal unitário das Debêntures na Data de Emissão é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
<b>"Valor Nominal</b>	O Valor Nominal Unitário atualizado nos termos da cláusula

<u>Unitário Atualizado</u> ”:	34 desta Escritura de Emissão;
“ <u>Atividades de Projeto</u> ”:	Atividades integrantes de um empreendimento ou projeto candidato ao MDL que proporcionem reduções de emissões de GEE ou o aumento da remoção de CO <sub>2</sub> ;
“ <u>Conselho Executivo do MDL</u> ”:	Órgão da Organização das Nações Unidas responsável por supervisionar o funcionamento do MDL. Entre as suas responsabilidades, destacam-se: o credenciamento das Entidades Operacionais Designadas, a validação e registro das Atividades de Projetos do MDL, a emissão das RCEs, o desenvolvimento e operação do Registro do MDL e o estabelecimento e aperfeiçoamento de metodologias para linha de base, monitoramento e fugas;
“ <u>CQNUMC</u> ”:	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Convenção negociada sob a égide das Nações Unidas, adotada durante a Rio-92 e cujo principal objetivo é a estabilização dos níveis de concentração de GEE na atmosfera num nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático mundial. O Protocolo de Quioto é um instrumento jurídico complementar e vinculado à CQNUMC;
“ <u>GEE</u> ”:	Gases do Efeito Estufa listados no Anexo A do Protocolo de Quioto, quais sejam: (i) dióxido de carbono (CO <sub>2</sub> ); (ii) metano (CH <sub>4</sub> ); (iii) óxido nitroso (N <sub>2</sub> O); (iv) hexafluoreto de enxofre (SF <sub>6</sub> ); e (v) famílias de gases hidrofluorcarbonos (HFCs) e perfluorcarbonos (PFCs);
“ <u>MDL</u> ”:	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. O MDL foi definido no Artigo 12 do Protocolo de Quioto e regulamentado pelos Acordos de Marraqueche. Dispõe sobre Atividades de Projetos de reduções de emissões de GEE ou aumento de remoção de CO <sub>2</sub> , implementadas em Partes não-Anexo I, que irão gerar RCEs;
“ <u>Partes não-Anexo I</u> ”:	As Partes não-Anexo I são todas as Partes signatárias da CQNUMC não listadas no Anexo I, entre as quais o Brasil;
“ <u>Projeto de MDL</u> ”:	Desenvolvimento de Atividades de Projeto relacionadas ao

	MDL;
<u>“Protocolo de Quioto”:</u>	Instrumento jurídico internacional complementar e vinculado à CQNUMC, que traz elementos adicionais à Convenção. Entre as principais inovações estabelecidas pelo Protocolo, destacam-se os compromissos de limitação ou redução quantificada de emissões de GEE, definidos em seu Anexo B, bem como os mecanismos de implementação adicional, dentre os quais o MDL;
<u>“RCEs” ou “Créditos de Carbono”:</u>	Reduções Certificadas de Emissões são os ativos resultantes da implantação de Atividades de Projetos de MDL, emitidos pelo Conselho Executivo do MDL;
<u>“Prêmio de Participação”:</u>	Correspondente a 35% (trinta e cinco por cento) da Receita Ajustada da Emissora;
<u>“Receita Ajustada”:</u>	<p>Exclusivamente para fins do cálculo do Prêmio de Participação, a receita ajustada será obtida através da seguinte fórmula:</p> $\text{Receita Ajustada} = Q * P * \text{Ptax}$ <p>Sendo:</p> <p>Q = Quantidade de RCEs periodicamente emitidas e disponíveis para venda até o integral resgate das Debêntures;</p> <p>P = Cotação de fechamento de cada RCE no dia imediatamente anterior, em que houver cotação, ao 5º (quinto) Dia Útil anterior à Data de Pagamento do Prêmio de Participação de cada RCE em bolsa internacional e/ou mercado de balcão de razoável liquidez que negocie as RCEs, a critério do Agente de Cálculo; e,</p> <p>Ptax = PTAX Euro divulgada pelo Banco Central do Brasil 2 (dois) Dias Úteis imediatamente anteriores à Data do Pagamento do Prêmio de Participação.</p>

## CAPÍTULO II - AUTORIZAÇÃO

2. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização aprovada em AGE, realizada em observância ao disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

## CAPÍTULO III - REQUISITOS

3. As Debêntures serão emitidas em observância aos seguintes requisitos:

### Registro na CVM e na ANBIMA

4. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM nos termos do artigo 6º da Instrução CVM n.º 476, por se tratar de Oferta Restrita.
5. A Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de Oferta Restrita.

### Arquivamento na JUCERJA e Publicação da Ata da AGE

6. A ata da AGE será arquivada na JUCERJA e será publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal "Diário Mercantil", nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

### Registro da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia

7. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCERJA, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações e nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos das cidades de Campos dos Goytacazes e do Rio de Janeiro, ambas localizadas no Estado do Rio de Janeiro.

- 7.1. A assinatura e registro dos Contratos de Garantia junto aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes e a consequente constituição das garantias objeto dos referidos instrumentos, são condições para a realização da Emissão.



## Registro para Distribuição e Negociação

8. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário no SDT - Módulo de Distribuição de Títulos sendo as Debêntures liquidadas através da CETIP; e (ii) para negociação no mercado secundário por meio do SND - Módulo Nacional de Debêntures; sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas eletronicamente pela CETIP.

8.1. Caso os Debenturistas venham a solicitar a retirada das Debêntures da custódia do SND da CETIP, o registro será realizado pela Instituição Depositária.

9. As Debêntures são destinadas apenas a Investidores Qualificados.

9.1. Em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM n.º 476, as Debêntures serão ofertadas pelo Coordenador a, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados e subscritos ou adquiridos por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

9.2. As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista pelos Investidores Qualificados que no ato da subscrição deverão assinar o boletim de subscrição das Debêntures ("Boletim de Subscrição") pelo qual atestarão, por escrito, entre outras, que estão cientes que:

i. a Oferta não foi registrada na CVM; e,

ii. as Debêntures ofertadas estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM n.º 476.

10. A Oferta será encerrada quando (i) da subscrição e integralização da totalidade das Debêntures pelos Investidores Qualificados, ou (ii) da subscrição e integralização parcial das Debêntures, a exclusivo critério do Coordenador.

10.1. Em conformidade com o artigo 8º da Instrução CVM n.º 476 o encerramento da Oferta deverá ser informado pelo Coordenador à CVM, no prazo de 5 (cinco)



dias, contados do seu encerramento, devendo a referida comunicação ser encaminhada por intermédio da página da CVM na rede mundial de computadores e conter as informações indicadas no Anexo I da Instrução CVM n.º 476.

- 10.2. Caso a Oferta não seja encerrada dentro de 6 (seis) meses da data de seu início, o Coordenador deverá realizar a comunicação prevista na cláusula 10.1. acima com os dados disponíveis à época, complementando-o semestralmente até o seu encerramento.
11. As Debêntures da presente Emissão, ofertadas nos termos da Oferta, somente poderão ser negociados nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de subscrição ou aquisição das Debêntures pelos Investidores Qualificados.
- 11.1. As Debêntures da presente Oferta somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, a menos que a Emissora obtenha o registro de oferta pública perante a CVM nos termos do caput do artigo 21 da Lei n.º 6.385, de 1976, e da Instrução CVM n.º 400 e apresente prospecto da Oferta à CVM, nos termos da regulamentação aplicável.
- 11.2. Observado a cláusula 11.1. acima, as Debêntures poderão ser negociadas nos mercados de balcão organizado e não organizado, devendo a Emissora cumprir o disposto no Artigo 17 da Instrução CVM n.º 476.

#### **CAPÍTULO IV - INFORMAÇÕES SOBRE A EMISSORA E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS**

##### **Objeto Social e Geração de Receitas da Emissora**

12. A Emissora tem como objeto social, exclusivamente, a realização das seguintes atividades: (i) construção e operacionalização de Planta de Cogeração de energia elétrica a partir do bagaço de cana-de-açúcar; (ii) geração e comercialização de energia elétrica e seus subprodutos, por conta própria ou por conta de terceiros; (iii) desenvolvimento de Projeto de MDL.

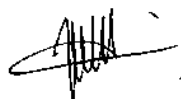




- 12.1. A Emissora é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, constituída em 16 de outubro de 2009 para fins da presente Emissão, sendo subsidiária integral da Controladora, que neste ato, concorda integralmente com os termos e condições da presente Emissão.
13. A Emissora terá como receitas aquelas relacionadas: (i) à venda de energia elétrica decorrente da cogeração baseada no aproveitamento de bagaço de cana-de-açúcar, tanto para a Portopar, empresa pertencente ao seu grupo econômico, quanto para terceiros; e (ii) à emissão e venda de RCEs decorrentes do Projeto de MDL.
- 13.1. O bagaço de cana-de-açúcar será cedido pela Portopar à Emissora, sem ônus, uma vez que o bagaço é um resíduo industrial indesejado da atividade de produção de álcool desenvolvida pela Portopar, sendo utilizado como principal insumo para a cogeração de energia elétrica a ser desenvolvida pela Emissora.
- 13.2. Em contrapartida, a Emissora cederá à Portopar, sem ônus, o vapor d'água, uma vez que o mesmo é um subproduto da atividade de cogeração de energia elétrica a ser desenvolvida pela Emissora, o qual não possuirá valor comercial para a Emissora.
- 13.3. As cessões previstas nos itens 13.1. e 13.2. acima serão disciplinadas em instrumento autônomo celebrado entre a Emissora e a Portopar.
- 13.4. Previamente ao início das atividades da Planta de Cogeração e do fornecimento de energia, a Controladora deverá tomar todas as medidas cabíveis para a transferência para a Emissora da outorga concedida por meio da Resolução Autorizativa n.º 2.249, credenciando dessa forma a Emissora como PIE junto à ANEEL. Adicionalmente, a Emissora deverá possuir as autorizações e licenças necessárias, incluindo, mas não se limitando, à LI e LO.

#### Destinação de Recursos

14. Os recursos captados por meio da Emissão e mantidos na Conta Vinculada - Colocação serão destinados (i) à aquisição de equipamentos necessários à instalação e



17



funcionamento da Planta de Cogeração; (ii) a realização de obras civis de construção para instalação da Planta de Cogeração; (iii) às despesas operacionais da Emissora; e (iv) aos custos, comissões, encargos e despesas da Emissão, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro e/ou nos respectivos contratos de prestação de serviços celebrados no âmbito desta Emissão.

15. Todas as movimentações da Conta Vinculada - Colocação serão realizadas pelo Deutsche Bank, sob as orientações do Agente Fiduciário, e desde que respeitado o disposto na cláusula 14 acima. Neste sentido, o Agente Fiduciário autorizará o Deutsche Bank a efetuar as liberações da Conta Vinculada - Colocação com base no Cronograma Físico Financeiro e nos relatórios mensais recebidos do Agente de Obras, conforme o caso.

15.1. Para fins do quanto previsto nesta cláusula, a Emissora, neste ato e na melhor forma de direito, confere desde já ao Agente Fiduciário, nos termos do artigo 684 do Código Civil, os mais amplos e especiais poderes para atuar como seu bastante procurador, para que, em seu nome, oriente o Deutsche Bank na movimentação da Conta Vinculada - Colocação, dando ordens para o débito dos valores necessários aos pagamentos mencionados na cláusula 14 acima.

16. Conforme previsto no *Instrumento Particular de Contratação de Serviços de Monitoramento de Obras*, firmado em 3 de maio de 2010, entre a Emissora e o Agente de Obras, as obras de construção da Planta de Cogeração serão vistoriadas de acordo com o planejamento da obra pelo Agente de Obras, que será responsável pela fiscalização da utilização dos recursos e pela elaboração de relatórios periódicos, a serem desenvolvidos de acordo com os termos previstos no referido instrumento, contendo a evolução das obras da Planta de Cogeração em relação ao Cronograma Físico-Financeiro, os quais deverão ser validados pelo Agente Fiduciário, de acordo com o disposto no Contrato de Depósito Vinculado, para a continuação da liberação dos recursos da Conta Vinculada - Colocação. A validação por parte do Agente Fiduciário se dará pela verificação no relatório emitido pelo Agente de Obras que as etapas previstas no Cronograma Físico-Financeiro constam como cumpridas.

16.1. Desde que cumpridas as fases anteriores, conforme atestado pelo Agente de Obras nos relatórios periódicos, a Emissora solicitará ao Agente Fiduciário nova liberação de recursos com a expectativa de gastos para os 30 (trinta) dias



18



corridos subsequentes, para a utilização destes recursos na forma disposta na cláusula 14 acima.

16.2. Exceto pelos recursos provenientes da primeira liberação, novos desembolsos dependem da comprovação pela Emissora através do relatório emitido pelo Agente de Obras da aplicação de no mínimo 90% (noventa por cento) dos recursos anteriormente liberados nos gastos previstos nas respectivas solicitações de desembolso.

16.3. Caso ocorra saldo na Conta Vinculada - Colocação, após a conclusão do Cronograma Físico-Financeiro e o início da operação da Planta de Cogeração, o saldo existente deverá ser liberado pelo Agente Fiduciário e o Deutsche Bank a favor da Emissora.

## CAPÍTULO V - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

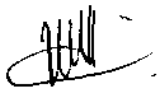
### Número da Emissão

17. A presente Escritura de Emissão contempla a 1ª (primeira) Emissão de Debêntures da Emissora.

### Valor Total da Emissão

18. O valor total da Emissão será de R\$ 66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de reais) na Data de Emissão, observado o disposto no item 18.1 abaixo.

18.1. De acordo com as condições de mercado e da demanda, pelos Investidores, para aquisição das Debêntures, à época da realização da colocação das Debêntures, a Emissão poderá ser aumentada por Lote Suplementar, a critério do Coordenador Líder, em comum acordo com a Emissora, em montante equivalente a até 15% (quinze por cento) do Valor Total da Emissão, na Data da Emissão. Sem prejuízo do disposto nos itens 18.1.1. e 18.1.2. abaixo, quaisquer Debêntures objeto de Lote Suplementar serão colocadas observados os procedimentos aplicáveis às demais Debêntures objeto da Emissão.



18.1.1. Conforme estipulado no Contrato de Distribuição, caso o Coordenador Líder decida exercer a opção por Lote Suplementar, deverá previamente enviar comunicação, por escrito, à Emissora neste sentido, a qual decidirá, em comum acordo com o Coordenador Líder, sobre a conveniência da opção pelo Lote Suplementar. As Debêntures objeto de Lote Suplementar serão colocadas sob regime de melhores esforços de subscrição.

18.1.2. Caso seja decidido o exercício do Lote Suplementar, a Diretoria da Emissora ratificará tal procedimento e a presente Escritura de Emissão será aditada.

#### Número de Séries

19. A Emissão será realizada em série única.

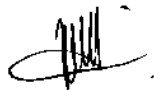
#### Quantidade de Debêntures

20. Serão emitidas 6.600 (seis mil e seiscentas) Debêntures no âmbito da Emissão.

#### Limite da Emissão

21. O valor total da Emissão, conforme previsto na cláusula 18 acima, atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, visto que o valor total das garantias reais constituídas em favor dos Debenturistas é de R\$ 121.772.594,00 (cento e vinte e um milhões, setecentos e setenta e dois mil, quinhentos e noventa e quatro reais), sendo portanto correspondente a 185% (cento e oitenta e cinco por cento) do Valor Total da Emissão.

21.1. O valor apurado na cláusula 21 acima refere-se somente ao valor da garantia constante no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, sendo esta garantia suficiente para o atendimento aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações. Em função disto, o valor das demais garantias listadas na cláusula 55 abaixo não foi apurado à época da Emissão, sendo certo



que estas poderão ser avaliadas caso haja eventual deterioração das garantias relacionadas a tais contratos.

21.2. Constará de forma expressa no Boletim de Subscrição que os Debenturistas têm ciência dos fatores de riscos listados na cláusula 111 abaixo.

#### **Banco Mandatário e Instituição Depositária**

22. O Banco Mandatário da Emissão e Instituição Depositária das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., conforme definido acima.

22.1. Os contratos de prestação de serviços firmados entre a Emissora e o Banco Mandatário e Instituição Depositária ficarão à disposição dos Debenturistas na sede da Emissora.

#### **Colocação**

23. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita, nos termos da Instrução CVM nº 476.

#### **Data de Emissão das Debêntures**

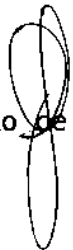
24. Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será a data da primeira subscrição e integralização realizada por qualquer Investidor Qualificado.

#### **Valor Nominal Unitário das Debêntures**

25. O Valor Nominal Unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo respeitado a aplicação mínima definida pelo artigo 4º, II, da Instrução CVM n.º 476.

#### **Forma**

26. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelares ou certificados.



### Conversibilidade

27. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

### Comprovação de Titularidade

28. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas no SND, será reconhecido igualmente como comprovante de titularidade o extrato em nome do titular da Debênture emitido pela CETIP.

### Espécie

29. As Debêntures serão da espécie com garantia real.

### Preço de Subscrição e de Integralização

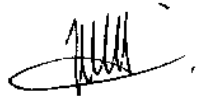
30. As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista pelo Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido dos Juros Remuneratórios, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização, de acordo com as fórmulas abaixo.

- 30.1. As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado para fins de preço de subscrição, resgate antecipado ou amortização extraordinária, desde a Data da Emissão, pela variação do IGP-M/FGV ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), sendo o produto dessa atualização incorporado a este automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, ~~sem~~ arredondamento;



VNe = Valor Nominal Unitário da Data da Emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, apurado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices considerados na atualização do ativo, sendo n um número inteiro;


$NI_k$  = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

$NI_{k-1}$  = valor do número-índice do mês anterior ao mês "k";

dup = é o número de Dias Úteis da Data da Emissão ou da última data de aniversário até a data do cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do índice considerado na atualização do ativo, sendo "dup" um número inteiro; e,

dut = é o número de Dias Úteis contidos entre a Data da Emissão ou última data de aniversário e a próxima data de aniversário, sendo "dut" um número inteiro.

Para os efeitos das definições acima, considera-se como "data de aniversário" todo dia 1º (primeiro) de cada mês. Caso o dia 1º de cada mês não seja dia útil, prorroga-se a data para o primeiro dia útil subsequente.



O número índice do IGP-M/FGV deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IGP-M/FGV será realizada anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor; nesse caso, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Caso, na data de atualização, o número-índice do mês a ser utilizado no cálculo de atualização não esteja disponível, será utilizada a última variação do índice de preços disponível para cálculo da variação deste mês.

Nas hipóteses de restrição de uso, ausência de publicação, suspensão do cálculo ou extinção do IGP-M/FGV, será automaticamente utilizado para apuração dos valores devidos em razão das Debêntures, a variação do Índice de Preços ao Consumidor publicado pela Fundação Getúlio Vargas (IPC/FGV) ou, na sua falta, a variação do seu substituto legal, não sendo devidas quaisquer compensações entre as Partes em razão da diferença existente entre os índices utilizados.

### 30.2. Juros Remuneratórios:

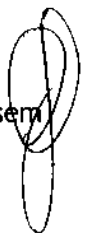
O cálculo dos Juros Remuneratórios será efetuado em conjunto com a Atualização Monetária conforme abaixo:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

Onde:

J = valor unitário dos juros remuneratórios devidos no final de cada período de capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;





FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{Fator de Juros} = \left\{ \left( 1 + \frac{\text{taxa}}{100} \right)^{(n/252)} \right\}$$

Onde:

Taxa = 10,00 taxa de juros anual fixa; e,

n = Número de dias úteis entre a Data de Emissão e a data atual, sendo "n" um número inteiro.

#### Prazo de Vigência e Data de Vencimento

31. O prazo de vigência das Debêntures se iniciará na Data de Emissão e se encerrará em 1º de dezembro de 2018, sendo esta a Data de Vencimento das Debêntures.

#### Cálculo do Saldo Devedor com Atualização Monetária, Juros e Amortização

32. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à seguinte Remuneração ("Remuneração") composta pela atualização monetária, conforme abaixo calculada, ("Atualização Monetária") e Juros Remuneratórios.

#### Atualização Monetária

33. As Debêntures contarão com atualização monetária desde a Data da Emissão, incidente sobre cada Parcela de Amortização (PA), de acordo com o quadro abaixo, pela variação do IGP-M/FGV ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), sendo o produto dessa atualização incorporado a este automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$PAAN = PAN \times C$$

Onde:

PAAN = Parcela de Amortização Atualizada de ordem N, calculada com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

PAN = Parcela de Amortização de ordem N, calculada com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

N = Número inteiro relativo à cada Parcela de Amortização em questão;

N = 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7; e,

C = Fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, apurado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dat}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices considerados na atualização do ativo, sendo n um número inteiro;

$NI_k$  = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

$NI_{k-1}$  = valor do número-índice do mês anterior ao mês "k";

dup = é o número de Dias Úteis da Data da Emissão ou da última data de aniversário até a data de atualização, sendo "dup" um número inteiro; e,

dut = é o número de Dias Úteis contidos entre a Data da Emissão ou última data de aniversário e a próxima data de aniversário, sendo "dut" um número inteiro.

Para os efeitos das definições acima, considera-se como "data de aniversário" todo dia 1º (primeiro) de cada mês. Caso o dia 1º de cada mês não seja dia útil, prorroga-se a data para o primeiro dia útil subsequente.

33.1. O número índice do IGP-M/FGV deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.


33.2. A aplicação do IGP-M/FGV será realizada anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor; nesse caso, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade. Caso, na data de atualização, o número índice do mês a ser utilizado no cálculo de atualização não esteja disponível, será utilizada a última variação do índice de preços disponível para cálculo da variação deste mês.

33.3. Nas hipóteses de restrição de uso, ausência de publicação, suspensão do cálculo ou extinção do IGP-M/FGV, será automaticamente utilizado para apuração dos valores devidos em razão das Debêntures, a variação do Índice de Preços ao Consumidor publicado pela Fundação Getúlio Vargas (IPC/FGV) ou, na sua falta, a variação do seu substituto legal, não sendo devidas quaisquer compensações entre as Partes em razão da diferença existente entre os índices utilizados.

#### **Periodicidade de Pagamento da Atualização Monetária**

34. A Atualização Monetária de cada parcela de amortização das Debêntures será paga anualmente juntamente com a Parcela de Amortização em questão, conforme definido na tabela da cláusula 37 abaixo, após o término do Período de Carência a partir da Data da Emissão, razão pela qual o 1º (primeiro) pagamento ocorrerá em 1º de dezembro de 2012 e o último em 1º de dezembro de 2018.

#### **Juros Remuneratórios**



35. O cálculo dos Juros Remuneratórios será efetuado em conjunto com a Atualização Monetária conforme abaixo:

$$J = \{PAAN * (Fator Juros - 1)\}$$

Onde:

J = valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

PAAN = Conforme definido na cláusula 33 acima;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{Fator de Juros} = \left\{ \left( 1 + \frac{\text{taxa}}{100} \right)^{(n/252)} \right\}$$

Onde:

Taxa = 10,00 taxa de juros anual fixa; e,

n = Número de dias úteis entre a Data de Emissão e a data atual, sendo "n" um número inteiro.

#### Periodicidade do Pagamento dos Juros Remuneratórios

36. Os Juros Remuneratórios de cada parcela de amortização das Debêntures serão pagos anualmente juntamente com a Parcela de Amortização Atualizada em questão, conforme definido na tabela da cláusula 37 abaixo, após o término do Período de Carência, razão pela qual o 1º (primeiro) pagamento ocorrerá em 1º de dezembro de 2012 e o último em 1º de dezembro de 2018.



## Amortização

37. O Valor Nominal Unitário de emissão das Debêntures será amortizado em 7 parcelas conforme a tabela a seguir ("Amortização das Debêntures" ou "Amortização"), após o término do Período de Carência. O 1º (primeiro) pagamento ocorrerá em 1º de dezembro de 2012 e o último em 1º de dezembro de 2018 ("Parcela de Amortização"). Em caso de amortização extraordinária, os percentuais de amortização e os valores das parcelas abaixo relacionados serão alterados de forma que os novos percentuais totalizem 100% do saldo do Valor Nominal Unitário.

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário de Emissão das Debêntures a ser Amortizado	N	Parcela de Amortização de Ordem N
1/12/2012	7,69%	1	769,00
1/12/2013	22,38%	2	2.238,00
1/12/2014	19,07%	3	1.907,00
1/12/2015	16,18%	4	1.618,00
1/12/2016	13,66%	5	1.366,00
1/12/2017	11,46%	6	1.146,00
1/12/2018	9,56%	7	956,00

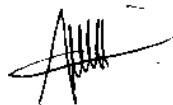
## Aquisição Facultativa

38. Caso haja disponibilidade de venda no mercado secundário, a Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir parte ou a totalidade das Debêntures em Circulação, por preço ajustado entre a Emissora e o vendedor, o qual não poderá ser superior ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou seu saldo, acrescido dos Juros Remuneratórios, conforme a cláusula 30 supra, calculado pro rata temporis, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

- 39.1 As Debêntures objeto do procedimento descrito na cláusula 39 acima poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado.

## Resgate Antecipado Total

39. A Emissora reserva-se o direito de, a seu exclusivo critério e nas Datas da Amortização, após deliberação da AGE, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. Não será permitido o resgate parcial das Debêntures em Circulação.
40. Quando do resgate antecipado, haverá, além do pagamento integral do saldo devedor das Debêntures, incluindo o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou seu saldo acrescido dos Juros Remuneratórios capitalizados até a data de efetivo pagamento, de acordo com as fórmulas previstas na cláusula 30 supra, o (i) pagamento de 1% (um por cento) de multa sobre o saldo devedor das Debêntures; e (ii) pagamento de prêmio correspondente ao valor da expectativa das RCEs a serem emitidas até o vencimento das Debêntures, trazido a valor presente pelos Juros Remuneratórios, cujo cálculo será realizado pelo Agente de Cálculo e informado ao Agente Fiduciário ("Prêmio de Reembolso").
- 41.1. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos serão canceladas pela Emissora.
41. O resgate antecipado resultante do direito previsto na cláusula 40 acima somente poderá ocorrer mediante Comunicação de Resgate, enviada pela Emissora, com o auxílio operacional do Agente Fiduciário, aos Debenturistas, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da Data de Resgate Antecipado. A Data de Resgate Antecipado deverá ser obrigatoriamente um Dia Útil, sendo que a CETIP deverá ser comunicada com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.
- 42.1. Na Comunicação de Resgate deverá constar: (i) a Data de Resgate Antecipado; (ii) a menção de que o valor a ser pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos e ainda não pagos até a Data de Resgate Antecipado, calculados *pro rata temporis*, de acordo com as fórmulas previstas na cláusula 30 supra (iii) o valor do Prêmio de Reembolso; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do resgate antecipado.



30



42.2. A Comunicação de Resgate deverá ser publicada na forma de Aviso aos Debenturistas no jornal "Diário Mercantil", conforme previsto na cláusula 52 abaixo.

#### **Amortização Extraordinária**

43. A Emissora reserva-se o direito de, a seu exclusivo critério e nas Datas da Amortização, após deliberação da AGE, promover a amortização extraordinária, parcial, das Debêntures em Circulação, limitado a 90% (noventa por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do valor nominal.

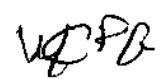

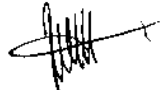
43.1. A Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da amortização extraordinária acerca da decisão de promover a amortização, na forma mencionada na cláusula 43 acima.

44. Quando da amortização extraordinária, haverá, além do pagamento integral da parcela do saldo devedor das Debêntures referente à amortização, incluindo a parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou a parcela do seu saldo acrescido dos Juros Remuneratórios capitalizados até a data de efetivo pagamento, de acordo com as fórmulas previstas na cláusula 30, o pagamento de 1% (um por cento) de multa sobre a parcela do saldo devedor das Debêntures a ser amortizado.

44.1. A amortização extraordinária parcial, alcançará proporcionalmente todas as Debêntures em Circulação.

45. A amortização extraordinária resultante do direito previsto na cláusula 43 acima somente poderá ocorrer mediante Comunicação de Amortização, enviada pela Emissora, com o auxílio operacional do Agente Fiduciário, aos Debenturistas, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da amortização extraordinária. A data da amortização extraordinária deverá ser obrigatoriamente um Dia Útil, sendo que a CETIP deverá ser comunicada com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

45.1. Na Comunicação de Amortização deverá constar: (i) a Datas de Amortização extraordinária; (ii) o percentual de amortização, e a menção do valor a ser pago



e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da amortização extraordinária.

45.2. A Comunicação de Amortização deverá ser publicada na forma de Aviso aos Debenturistas no jornal "Diário Mercantil", conforme previsto na cláusula 52 abaixo.

### **Prêmio de Participação**

46. Adicionalmente a Remuneração, as Debêntures farão jus ao Prêmio de Participação.

46.1. O Prêmio de Participação será calculado proporcionalmente por Debênture em Circulação, conforme fórmula abaixo, e será devido em até 120 (cento e vinte) dias corridos da efetiva emissão e disponibilidade para venda das RCEs, observada a seguinte fórmula:

$$PpD = \text{Prêmio de Participação} / \text{NDC}.$$

Sendo:

PpD = Prêmio de Participação por Debênture;

Prêmio de Participação = Correspondente a 35% (trinta e cinco por cento) da Receita Ajustada da Emissora; e,

NDC = Número de Debêntures em Circulação.

Exclusivamente para fins do cálculo do Prêmio de Participação, a Receita Ajustada será obtida através da seguinte fórmula:

$$\text{Receita Ajustada} = Q * P * P_{\text{tax}}.$$

Sendo:





Q = Quantidade de RCEs periodicamente emitidas e disponíveis para venda até o integral resgate das Debêntures;

P = Cotação de fechamento de cada RCE no dia imediatamente anterior, em que houver cotação, ao 5º (quinto) Dia Útil anterior à Data de Pagamento do Prêmio de Participação de cada RCE em bolsa internacional e/ou mercado de balcão de razoável liquidez que negocie as RCEs, a critério do Agente de Cálculo; e,

Ptax = PTAX Euro divulgada pelo Banco Central do Brasil 2 (dois) Dias Úteis imediatamente anteriores à Data do Pagamento do Prêmio de Participação.

- 46.2. O Agente de Cálculo é a empresa responsável pelo desenvolvimento do Projeto de MDL e será responsável por informar ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis, antes da data prevista do pagamento do Prêmio de Participação, o montante de RCEs emitidas e disponíveis para venda e a cotação de fechamento de cada RCE no dia imediatamente anterior, em que houver cotação, ao 5º (quinto) Dia Útil anterior à Data de Pagamento do Prêmio de Participação de cada RCE em bolsa internacional e/ou mercado de balcão de razoável liquidez que negocie as RCEs, a critério do Agente de Cálculo.
- 46.3. O pagamento do Prêmio de Participação ocorrerá somente caso o Agente de Cálculo verifique que: (i) o Projeto de MDL tenha sido aceito no Conselho Executivo do MDL, sendo esta uma informação de domínio público podendo ser consultada através do site <http://cdm.unfccc.int/index.html>; e (ii) as RCEs estejam efetivamente emitidas e disponíveis para venda, observadas as exigências nacionais e internacionais aplicáveis. Neste momento a Receita Ajustada estará plenamente caracterizada, permanecendo as RCEs bloqueadas até a data do pagamento do Prêmio de Participação.
- 46.4. Em caso de vencimento das Debêntures, resgate e amortização extraordinária, se existir RCEs emitidas e que ainda não foram objeto de cálculo para o pagamento de Prêmio de Participação, o Prêmio de Participação relacionado à essas RCEs, deverá ser calculado e pago na data de vencimento das

Debêntures, resgate e amortização extraordinária, independentemente do transcurso do prazo descrito na cláusula 46.1 acima.

46.5. A Emissora deverá informar a CETIP de qualquer evento de pagamento em até 3 (três) Dias Úteis antes da ocorrência do mesmo.

46.6. As negociações das Debêntures no mercado secundário não devem levar em conta o valor do Prêmio de Reembolso, tendo em vista que o Valor Nominal Unitário das Debêntures não levará em conta o Prêmio de Participação, sendo este devido apenas na forma prevista acima.

#### **Repactuação Programada**

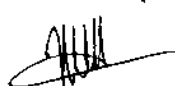
47. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

#### **Multa e Juros Moratórios**

48. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, inclusive o Prêmio de Participação, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, sem prejuízo da Remuneração das Debêntures e do valor do Prêmio de Participação previstos na presente Escritura de Emissão, inclusive nas hipóteses de vencimento antecipado.

#### **Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

49. Sem prejuízo do disposto na cláusula 48 acima, o não comparecimento dos Debenturistas para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.



### Forma e Local de Pagamento

50. As Debêntures serão devidas e pagas pela Emissora através da CETIP ou do Banco Mandatário conforme posição de custódia do Debenturista.

50.1. Para as Debêntures depositadas na CETIP, todos os pagamentos devidos aos Titulares das Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP por meio do Banco Mandatário da presente Emissão. Caso, excepcionalmente, por qualquer motivo, os Titulares das Debêntures não estejam vinculados a esse sistema, os pagamentos serão feitos por meio do Banco Mandatário da presente Emissão, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, contra a apresentação do extrato da Instituição Depositária.

### Prorrogação dos Prazos

51. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pela Emissora até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, caso o vencimento coincida com um dia que não seja Dia Útil, conforme definido anteriormente, sem que haja qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

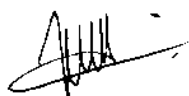
### Comunicação

52. As comunicações aos interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados na forma de Aviso aos Debenturistas no jornal "Diário Mercantil".

### Publicidade

53. Todos os atos, decisões relevantes e convocações a serem efetuados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, a critério razoável da Emissora em comum acordo com o Agente Fiduciário, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no Jornal "Diário Mercantil" e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

### Imunidade de Debenturistas

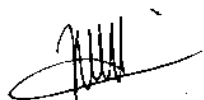


54. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seu pagamento os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

#### Garantias

55. As Debêntures farão jus às seguintes Garantias:

- a) Alienação Fiduciária de 10.000 (dez mil) ações ordinárias de emissão da Emissora, representativas de 100% (cem por cento) de seu capital social, de propriedade da Controladora, por meio do *Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças*, que será devidamente registrado nos Cartórios de Títulos e Documentos das cidades de Campos dos Goytacazes e do Rio de Janeiro, ambas localizadas no Estado do Rio de Janeiro;
- b) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios obtidos pela Controladora com a comercialização de energia elétrica através de instrumentos particulares de venda e compra de energia elétrica, os chamados "PPA - Power Purchase Agreements", por meio do *Instrumento Particular de Cessão de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças*, que será devidamente registrado nos Cartórios de Títulos e Documentos das cidades de Campos dos Goytacazes e do Rio de Janeiro, ambas localizadas no Estado do Rio de Janeiro;
- c) Cessão Fiduciária da expectativa das RCEs a serem geradas pela Emissora com o desenvolvimento de determinado Projeto de MDL, que proporcionam a geração de RCEs, dentro do MDL, no âmbito do Protocolo de Quioto, por meio do *Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Relativos às Reduções Certificadas de Emissões - RCEs em Garantia e Outras Avenças*, que será devidamente registrado nos Cartórios de Títulos e Documentos das cidades de Campos dos Goytacazes e do Rio de Janeiro, ambas localizadas no Estado do Rio de Janeiro; e



d) Cessão Fiduciária da Conta Vinculada - Colocação conforme disposto nesta Escritura de Emissão e da Conta Vinculada - Direitos Creditórios nos termos previstos na Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

55.1. Todas as garantias mencionadas na cláusula 55 acima foram prestadas em conformidade com a Resolução n.º 389 da ANEEL, observado que, a eventual execução das referidas garantias não poderá comprometer a continuidade da geração de energia elétrica, devendo, ainda, constar dos eventuais contratos a expressa renúncia dos agentes financiadores a qualquer ação ou direito contra a ANEEL ou o poder concedente.

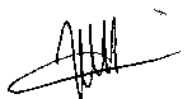
#### Fiança

56. Os Fiadores, nas condições aqui estipuladas, constituem-se, nos termos e para os efeitos do Código Civil Brasileiro, de forma irrevogável e irretratável, fiadores e devedores solidários, sem benefício de ordem, de todas as Obrigações Garantidas, garantindo o pronto e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, bem como prometendo pagar o seu equivalente nas hipóteses previstas nesta cláusula e subsequentes.

57. A presente Fiança será válida até o fiel e completo cumprimento da totalidade das Obrigações Garantidas, mesmo na hipótese de, por qualquer motivo, o vencimento, total ou parcial, de quaisquer Obrigações Garantidas serem estendidas para depois dos prazos pactuados na presente Escritura de Emissão, ou ainda, caso o Agente Fiduciário, em conformidade com a deliberação dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conceda um Período de Cura.

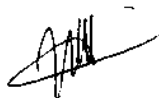
57.1. A responsabilidade dos Fiadores inicia-se na presente data e abrange todas e quaisquer Obrigações Garantidas que, nos termos dos Documentos da Operação, torne-se exigível, mesmo que antecipadamente durante o Período de Carência, em caso de vencimento antecipado das Debêntures e durante o Período de Cura.

57.2. Os Fiadores declaram ter se informado sobre os riscos decorrentes da prestação da presente garantia fidejussória e ter aceitado tais riscos.



- 57.3. As obrigações dos Fiadores decorrentes desta Fiança não serão afetadas por qualquer direito dos Fiadores contra a Emissora.
- 57.4. Os Fiadores responderão até o montante necessário para o pagamento de todas as Obrigações Garantidas.
- 57.5. Os Fiadores deverão cumprir todas as suas obrigações decorrentes desta Fiança no Brasil, em moeda corrente nacional, líquidos de quaisquer despesas, taxas, impostos, retenções ou responsabilidades, acrescidos dos encargos e despesas incidentes, no primeiro dia útil seguinte ao recebimento de simples notificação, informando o valor a ser pago pelos Fiadores, sobre o qual incidirão juros, Atualização Monetária, multas e encargos moratórios, previstos nesta Escritura de Emissão para as Obrigações Garantidas, até o total e final pagamento desses valores.
- 57.6. Uma ou mais ações em separado poderão ser propostas contra os Fiadores para execução da presente Fiança.
- 57.7. Os Fiadores renunciam expressamente aos direitos e prerrogativas que lhe conferem os artigos 827, 829, 835, 837 e 838, todos do Código Civil e 595 do Código de Processo Civil.
- 57.8. É vedado aos Fiadores exonerarem-se da Fiança ora prestada, inclusive nos casos expressamente previstos no artigo 838 do Código Civil.
- 57.9. Tendo em vista que a presente Emissão conta com garantia fidejussória, a presente Escritura será levada a registro pela Emissora em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede das Partes no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de sua celebração. Após referido registro, a Emissora deverá encaminhar uma via original da Escritura devidamente registrada para o Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do referido registro.

Fiança Bancária



58. A Emissora compromete-se a constituir Fiança Bancária no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor do saldo devedor das Debêntures, sendo certo que esta somente será obrigatória se nas Datas de Verificação, conforme definido acima, não for alcançada a seguinte relação:

$$\text{EBTIDA} > 1,5 \text{ (um vírgula cinco) vezes o Serviço da Dívida}$$

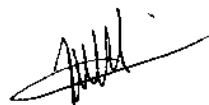
Sendo certo que se considerará:

- (i) EBITDA o lucro operacional da Emissora antes das despesas financeiras, tributos, depreciações e amortizações, para os 2 (dois) últimos e consecutivos semestres fiscais, conforme as últimas demonstrações financeiras da Emissora anteriores a cada Data de Verificação; e,
- (ii) Serviço da Dívida a soma dos juros da dívida total da Emissora devidos nos 2 (dois) semestres subsequentes a cada Data de Verificação, exceto quaisquer atualizações monetárias.

58.1. O cálculo dos indicadores acima será feito com base nas informações trimestrais relacionadas ao período de 3 (três) meses imediatamente anterior. Caso a Emissora não disponibilize ao Agente Fiduciário tais informações trimestrais necessárias para a verificação do atendimento ao disposto na cláusula 58 acima, a Emissora ficará desde já obrigada a constituir a Fiança Bancária no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor do saldo devedor das Debêntures, sem prejuízo do vencimento antecipado na forma prevista na alínea xviii da cláusula 60 abaixo.

#### **Cessão Fiduciária Conta Vinculada - Colocação**

59. Em garantia do cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, neste ato, a Emissora cede fiduciariamente ao Agente Fiduciário todos e quaisquer recursos mantidos ou que venham a ser mantidos na Conta Vinculada - Colocação.



- 59.1. O cumprimento parcial das Obrigações Garantidas não importa exoneração correspondente da presente cessão fiduciária.
- 59.2. Os valores referentes à Oferta Restrita, recebidos diretamente dos investidores na Conta Vinculada - Colocação, serão considerados de titularidade do Agente Fiduciário, não integrando o patrimônio da Emissora para efeitos legais.
- 59.3. Todas as movimentações da Conta Vinculada - Colocação serão realizadas pelo Deutsche Bank, nos termos do Contrato de Depósito Vinculado, firmado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Deutsche Bank, com poderes isolados, na qualidade de prestador de serviços, sob as orientações exclusivas do Agente Fiduciário, com o objetivo de utilizar os recursos depositados na Conta Vinculada - Colocação para pagamento dos valores previstos única e exclusivamente no Cronograma Físico-Financeiro. Neste sentido, o Agente Fiduciário autorizará o Deutsche Bank a efetuar as liberações da Conta Vinculada - Colocação em conformidade com os relatórios mensais recebidos do Agente de Obras.
- 59.4. Caso a Conta Vinculada - Colocação venha a ser objeto de qualquer ato de apreensão judicial ou extrajudicial, como penhora, arresto, sequestro, alienação judicial, arrecadação, bloqueio, entre outros, o Agente Fiduciário poderá determinar à Emissora, que desde logo se obriga a acatar, em caráter irrevogável e irretratável, que transfira os recursos correspondentes aos valores indisponíveis para outra conta corrente, de titularidade do Agente Fiduciário, a ser oportunamente indicada.
- 59.5. Caso seja verificada a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado, os recursos depositados na Conta Vinculada - Colocação, deduzidas eventuais despesas previstas no Contrato de Depósito Vinculado, serão utilizados pelo Deutsche Bank, sob as orientações do Agente Fiduciário, para pagamento das Obrigações Garantidas vencidas, nos termos do artigo 19, § 1º, da Lei nº 9.514/1997.

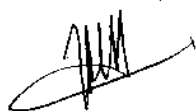
Vencimento Antecipado



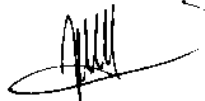


60. Observado o disposto nesta cláusula, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário Atualizado não amortizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios definidos na cláusula 36 e multa prevista na cláusula 48, devido até a data do efetivo pagamento, e do Prêmio de Reembolso ambos calculados de forma *pro rata temporis*, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, mediante entrega à Emissora de comunicação por escrito, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos, sendo cada um, um Evento de Vencimento Antecipado:

- i. descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações pecuniárias relacionadas às Debêntures, não sanadas em 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do descumprimento;
- ii. descumprimento, pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas e/ou por seus acionistas controladores, das Premissas Técnicas ou de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures estabelecida nos Documentos da Operação e/ou na legislação em vigor aplicável, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário ou por qualquer terceiro à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- iii. não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas e/ou por seus acionistas controladores, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora e/ou das suas controladas e/ou de seus acionistas controladores até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;



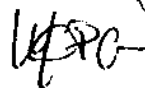
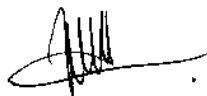
- iv. provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nos Documentos da Operação;
- v. pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora, por qualquer de suas controladas, e/ou por qualquer de seus acionistas controladores;
- vi. extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora por qualquer de suas controladas, e/ou por qualquer de seus acionistas controladores;
- vii. distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seu acionista, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nos Documentos da Operação, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- viii. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- ix. não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas e/ou dos seus acionistas controladores, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ou seu contra-valor em outras moedas, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data estipulada para pagamento;
- x. realização de redução de capital social da Emissora, após a data de registro das Debêntures junto à CETIP, exceto se previamente autorizado por Debenturistas que representem, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação - Assembleia, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;



- xi. inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas a Emissora e/ou qualquer de suas controladas e/ou dos seus acionistas controladores, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), reajustado pelos índices de remuneração da obrigação financeira;
- xii. protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas e/ou dos seus acionistas controladores em valor individual ou agregado superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), por cujo pagamento a Emissora e/ou qualquer de suas controladas e/ou seus acionistas controladores sejam responsáveis, ainda que indiretamente, reajustado desde a Data da Emissão pelo IGP-M/FGV, salvo se, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto for cancelado, ou ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo;
- xiii. se as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas de mesma classe da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal ou assumidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ou com a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro - InvesteRio;
- xiv. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações assumidas nos Documentos da Operação, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- xv. venda, cisão, fusão ou incorporação da Emissora que resulte em alteração de controle e/ou redução na classificação de risco (*rating*) atribuída à Emissora, salvo se tenha sido previamente aprovada pelos titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação que estiverem presentes em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o procedimento de convocação previsto abaixo;

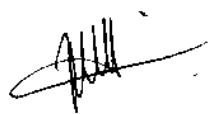


- xvi. não observância pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas e/ou seus acionistas controladores de quaisquer das declarações e garantias indicadas nos Documentos da Operação;
- xvii. qualquer alteração ou modificação do objeto social da Emissora;
- xviii. se não ocorrer a contratação da Fiança Bancária em até 10 (dez) Dias Úteis posteriores a Data de Verificação que constatou a necessidade da contratação da Fiança Bancária;
- xix. se as obras de construção da Planta de Cogeração não se iniciarem, por qualquer motivo, em até 60 (sessenta) dias contados da data da efetiva disponibilização dos recursos referentes à primeira integralização das Debêntures na Conta Vinculada - Colocação. A confirmação do cumprimento do prazo para início da construção será atestada por carta registrada enviada pela Emissora, assinada conjuntamente pelo Agente de Obras, endereçada ao Agente Fiduciário, em até 5(cinco) dias da ocorrência;
- xx. se, por quaisquer motivos, as obras de construção da Planta de Cogeração não forem concluídas na data prevista no Cronograma Físico-Financeiro;
- xxi. se a Emissora deixar de apresentar a Certidão Negativa de Débitos emitida pelo INSS, referente às obras civis de construção da Planta de Cogeração, no prazo de 1 (um) ano a contar da data prevista no Cronograma Físico-Financeiro para conclusão das referidas obras;
- xxii. se a construção da Planta de Cogeração não for averbada na respectiva matrícula em até 2 (dois) anos a contar da data prevista no Cronograma Físico-Financeiro para conclusão das referidas obras;
- xxiii. na hipótese de as Garantias não estarem devidamente constituídas nos prazos máximos estipulados nos respectivos instrumentos. Entendem-se por Garantias devidamente constituídas, todos os procedimentos para que os documentos estejam com as assinaturas das respectivas partes, bem como verificados os

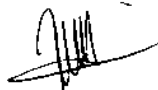


poderes dos representantes dessas partes, a obtenção de eventuais aprovações societárias e anuências e a efetivação dos respectivos registros junto aos Cartórios de Títulos e Documentos, Cartórios de Registro de Imóveis ou Juntas Comerciais, conforme o caso;

- xxiv. se a presente Escritura de Emissão tiver a sua natureza questionada, ou seja declarada nula, anulada, inválida ou ineficaz;
- xxv. em caso de desapropriação total ou parcial da Área de Implantação, por decisão administrativa ou judicial, ou em caso de imissão do poder público expropriante na posse direta da Área de Implantação;
- xxvi. se não forem mantidos em dia os pagamentos de todos os tributos, impostos, taxas, contribuições, lançados ou incidentes sobre a Área de Implantação, exceto se (i) notificada a pagar referidos débitos, realizá-lo no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento de notificação, ou (ii) a exigibilidade dos referidos créditos estiver ou for suspensa nos termos do artigo 151 do Código Tributário Nacional;
- xxvii. se, após a conclusão das obras de construção da Planta de Cogeração, a Emissora não a mantiver em perfeito estado de conservação, segurança e utilização, ou realizar, sem o prévio e expresse consentimento dos Debenturistas, obras de demolição, alteração ou acréscimo, que diminuam substancialmente o valor ou capacidade da Planta de Cogeração;
- xxviii. se, por qualquer razão, haja o abandono da Planta de Cogeração pela Emissora;
- xxix. se houver a deterioração ou perecimento, total ou parcial, da Planta de Cogeração;
- xxx. se, por qualquer forma, as Garantias forem objeto de alienação, promessa de alienação ou constituição de novos ônus;



- xxxi. se houver a deterioração ou perecimento, total ou parcial, de qualquer dos bens ou direitos objeto das Garantias, ou caso esses se tornem inúteis, inábeis ou impróprios para garantir as Obrigações Garantidas e não venham a ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis da data de comunicação recebida pela Emissora;
- xxxii. se a Emissora prestar qualquer outra garantia, pessoal ou real, de qualquer espécie, incluindo a alienação fiduciária de quaisquer de seus ativos;
- xxxiii. não apresentação pela Emissora de cópias dos instrumentos de contratação da apólice de Seguro de Performance relativo à Planta de Cogeração até 30 (trinta) Dias Úteis contados da data do primeiro desembolso;
- xxxiv. não apresentação pela Emissora de cópias dos instrumentos de contratação da apólice de Seguro Patrimonial até 30 (trinta) Dias Úteis contados da Data de Comissionamento;
- xxxv. descumprimento de quaisquer cláusulas listadas no Capítulo VI - Obrigações Adicionais da Emissora, não sanadas em até 30 (trinta) dias; e,
- xxxvi. se ocorrer uma Mudança Material Adversa.
61. Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado indicados nas alíneas i, v, vi, viii, x, xvii, xxiv, xxv da cláusula 60 acima, o vencimento antecipado das Debêntures, será automático e independente de qualquer notificação à Emissora, sendo exigido o imediato pagamento mencionado no caput da cláusula 60.
62. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado indicados nas alíneas ii, iii, iv, vii, ix, xi, xii, xiii, xiv, xv, xviii, xxiii, xxvii, xxviii, xxix, xxx, xxxi e xxxii da cláusula 60 acima, o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas deverão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, para o prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis da data de convocação, para deliberar acerca da declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas somente poderá determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das



46

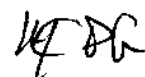
Debêntures por deliberação de titulares detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação - Assembleia. Caso contrário, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de notificação à Emissora e exigir o imediato pagamento mencionado no caput da cláusula 60.

62.1. Caso, sendo convocada a Assembleia Geral de Debenturistas nos termos desta cláusula e esta não venha a se realizar, ou caso a Assembleia Geral de Debenturistas se realize, respeitada a forma de convocação e o quorum estabelecidos acima e não haja, (i) deliberação na data de seu encerramento, ou (ii) quorum suficiente, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora mencionado no caput da cláusula 60.

63. Na ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado previsto nas alíneas xvi, xix, xx, xxi, xxii, xxvi, xxxiii, xxxiv, xxxv e xxxvi da cláusula 60 acima, o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas deverão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, para o prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis da data de convocação, para deliberar acerca da declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas somente poderá determinar que o Agente Fiduciário declare o vencimento antecipado das Debêntures por deliberação de titulares detentores de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação - Assembleia, sendo que na hipótese de aprovação com base neste quorum mínimo, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de notificação à Emissora e exigir o imediato pagamento pela Emissora mencionado no caput da cláusula 60.

#### CAPÍTULO VI - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

64. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:



- a) realizar a Constituição Futura de Alienação Fiduciária de Imóvel de propriedade da Controladora, devidamente descrito e caracterizado na matrícula n° 129, da 9ª Circunscrição Imobiliária da Cidade de Campos dos Goytacazes, por meio do *Instrumento Particular de Constituição Futura de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças*, que será devidamente registrado na referida matrícula;
- b) realizar a contratação de Seguro de Performance, nos termos previstos na presente Escritura de Emissão;
- c) realizar a contratação de Seguro Patrimonial, nos termos da presente Escritura da Emissão;
- d) caso, por qualquer motivo, o valor obtido com a Emissão das Debêntures não seja suficientes para a implementação da Planta de Cogeração, a Controladora e a Emissora comprometem-se a aportar o restante dos recursos necessários para o início do funcionamento Planta de Cogeração, dentro do prazo previsto no Cronograma Físico Financeiro;
- e) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com os termos da Lei das Sociedades por Ações;
- f) submeter anualmente, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- g) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, no prazo máximo de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- h) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social, ou data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, encaminhar ao Agente Fiduciário:
  - (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores





independentes; (ii) declaração dos administradores da Emissora atestando o cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Documentos de Emissão; e (iii) os documentos necessários à reavaliação das Garantias;

- i) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre social, ou data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, encaminhar ao Agente Fiduciário, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo trimestre social encerrado, e (ii) declaração dos administradores da Emissora atestando o cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Documentos da Operação;
- j) encaminhar ao Agente Fiduciário em até 30 (trinta) Dias Úteis contados Data de Comissionamento, cópias dos instrumentos de contratação da apólice de Seguro Patrimonial;
- k) encaminhar ao Agente Fiduciário em até 30 (trinta) Dias Úteis contados da data do primeiro desembolso, cópias dos instrumentos de contratação da apólice de Seguro de Performance relativo à Planta de Cogeração;
- l) encaminhar ao Agente Fiduciário em até 60 (sessenta) dias contados da data da efetiva disponibilização dos recursos referentes à primeira integralização das Debêntures na Conta Vinculada - Colocação, declaração dos administradores da Emissora atestando o início das obras de construção da Planta de Cogeração, bem como comprovante de tal procedimento obtido através de manifestação formal do Agente de Obras;
- m) encaminhar ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis após a data prevista no Cronograma Físico-Financeiro para conclusão das obras, declaração dos administradores da Companhia atestando a conclusão das obras de construção da Planta de Cogeração, bem como comprovante de tal procedimento obtido através de manifestação formal do Agente de Obras;
- n) encaminhar ao Agente Fiduciário em até 1 (um) ano após data prevista no Cronograma Físico-Financeiro para conclusão das obras, Certidão Negativa de



Débitos emitida pelo INSS, referente às obras civis de construção da Planta de Cogeração;

- o) encaminhar ao Agente Fiduciário em até 2 (dois) anos após data prevista no Cronograma Físico-Financeiro para conclusão das obras, a averbação da construção da Planta de Cogeração na matrícula do imóvel onde esta estiver instalada, junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente;
- p) manter os documentos mencionados na alínea "c" em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- q) convocar, nos termos desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- r) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- s) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 2002, comunicando imediatamente ao Coordenador e ao Agente Fiduciário;
- t) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- u) manter sempre, atualizados e em boa ordem os livros e registros societários, de modo a permitir que o Agente Fiduciário (ou auditor independente por este contratado às expensas da Emissora) realize auditoria extraordinária na Emissora, sendo que a respectiva solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de sua realização;
- v) disponibilizar atendimento, de forma eficiente, aos Debenturistas;
- w) não realizar operações fora de seu objeto social;



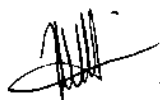
- x) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social, com esta Escritura de Emissão, com o Contrato de Distribuição celebrado com Coordenador, e outros contratos celebrados com os demais prestadores de serviço no âmbito desta Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- y) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias prestadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- z) utilizar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na presente Escritura de Emissão;
- aa) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, com todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- bb) efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- cc) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão;
- dd) informar à CETIP o valor e a data de pagamento de toda e qualquer remuneração referente às Debêntures; e,
- ee) encaminhar, ao Agente Fiduciário, em até 05 (cinco) dias anteriores a cada Data de Verificação, as informações necessárias para que este realize a verificação da necessidade da contratação da Fiança Bancária.



## CAPÍTULO VII - AGENTE FIDUCIÁRIO

### Nomeação

65. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificado, o qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão de interesses dos Debenturistas.
66. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:
- a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
  - b) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável;
  - c) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
  - d) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais para tanto;
  - e) a celebração desta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com seus termos e condições;
  - f) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;



- g) não tem qualquer impedimento legal ou conflito de interesse, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução da CVM n.º 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- h) não tem qualquer ligação com a Emissora e/ou com a Controladora que o impeça de exercer suas funções;
- i) verificou, com base nos Documentos da Operação, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- j) verificou a observância, através dos Documentos da Operação, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das S.A., conforme disposto na cláusula 21 da presente Escritura de Emissão; e,
- k) está ciente da circular n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil.

#### **Remuneração do Agente Fiduciário**

67. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de remuneração pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, os valores abaixo discriminados:

- a) a título de implantação, a quantia de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), paga em duas parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) foi paga no dia 11 de Março de 2010; e a segunda parcela no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) a ser paga 05 (cinco) dias após a liquidação financeira das Debêntures;
- b) a título de honorários, parcelas mensais no valor de (i) R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) durante o período de construção da Planta de Cogeração, sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão e as demais parcelas nas mesmas datas dos meses subsequentes; e (ii) após o período de construção da Planta de Cogeração, parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais); e,



- c) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento).
68. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das Garantias; (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das Garantias; (ii) prazos de pagamentos; e (iii) condições relacionadas ao vencimentos antecipado. Os eventos relacionados à amortização das debêntures não serão considerados reestruturação das Debêntures.
69. O Agente Fiduciário deverá, com exceção ao primeiro pagamento, enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber o referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades.
70. A remuneração prevista na cláusula 67 acima será devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e, mesmo após o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.
71. As parcelas referentes à remuneração do Agente Fiduciário serão atualizadas anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, calculada *pro rata die* se necessário.
72. As parcelas referentes à remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidas dos seguintes impostos: Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS - Imposto Sobre

Serviços), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a referida remuneração, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

73. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transportes e publicações necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas Garantias concedidas às Debêntures e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das Debêntures.
74. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário no exercício de sua função ou decorrente deste exercício, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas.


74.1. O Agente Fiduciário responde perante aos Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções, incluindo depósitos, custas judiciais, honorários advocatícios para defesa dos debenturistas e o ressarcimentos dos prejuízos sofridos conforme for determinado em sentença irrecorrível em tribunal de última instância.

75. A parcela de implantação cobrirá os serviços despendidos durante um mês de trabalho dedicado à operação. Se neste prazo a Emissão não estiver sido liquidada, os serviços do Agente Fiduciário serão remunerados por R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho a partir do momento em que o Agente Fiduciário despende mais de 36 (trinta e seis) horas de trabalho desde o início dos trabalhos.
76. Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários.

#### Substituição do Agente Fiduciário



77. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.
78. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura de Emissão, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.
79. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.
80. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos da presente Escritura de Emissão, por deliberação de titulares detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.
81. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deve ser arquivada na JUCERJA.
82. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura de Emissão ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.





83. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.


#### **Deveres e Obrigações do Agente Fiduciário**

84. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) realizar, como obrigação de meio, o acompanhamento dos Eventos de Vencimento Antecipado, sendo certo que a emissão de declaração dos administradores da Emissora serão suficientes para verificar tal acompanhamento;
- c) realizar, com base nos relatórios que lhe forem fornecidos pelo Agente de Obras, o acompanhamento e monitoramento das obras de construção da Planta de Cogeração;
- d) realizar o acompanhamento da Conta Vinculada - Colocação e da Conta Vinculada - Direitos Creditórios através dos acessos e relatórios que lhe forem disponibilizados pelo Deutsche Bank e fornecer ordens de movimentação das referidas contas;
- e) cumprir com todas as obrigações assumidas como Agente Fiduciário, constituídas nos termos da constituição das Garantias;
- f) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- g) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;



- h) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- i) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- j) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias prestadas pela Emissora, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- k) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes nas propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- l) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- m) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- n) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal "Diário Mercantil", respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;



- o) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- p) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- i. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
  - iii. comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - v. resgate, amortização e pagamentos de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como repactuação, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - vi. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
  - vii. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
  - viii. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
  - ix. relação dos bens e valores entregues à sua administração; e,



- x. declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias das Debêntures.
- q) colocar à disposição o relatório de que trata a alínea "p" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, de cada semestre, ao menos nos seguintes locais:
- i. na sede da Emissora;
  - ii. na sede do Agente Fiduciário;
  - iii. na CVM; e,
  - iv. no mercado de balcão organizado onde as Debêntures estiverem sendo negociadas.
- r) comunicar aos Debenturistas, através de anúncio público em jornal, na forma da cláusula 52 acima, às expensas da Emissora, que o relatório se encontra, à sua disposição nos locais indicados na alínea "q" acima;
- s) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante à Emissora, à Instituição Depositária e a CETIP;
- t) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer; e,
- u) sem prejuízo do disposto sobre Vencimento Antecipado acima, notificar os Debenturistas individualmente por correspondência, no prazo máximo de 10 (dez) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada ao Coordenador.

#### Atribuições Específicas



85. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de Inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:
- a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
  - b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, nos termos da legislação aplicável;
  - c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e,
  - d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.
86. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c" da cláusula 84 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese do disposto na alínea "d" da cláusula 84 acima, será suficiente a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação.

#### Despesas

87. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos inclusive, aquelas incorridas com:
- a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;



- b) extração de certidões;
  - c) locomoção entre Estados do País, hospedagem e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e,
  - d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.
88. O ressarcimento a que se refere a cláusula 87 acima será efetuado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.
89. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente e previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.
90. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures e preferirá a estas na ordem de pagamento.



## CAPÍTULO VIII - DECLARAÇÕES DA EMISSORA

91. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras, nos termos da regulamentação aplicável;
- b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas, assim como a emissão das Debêntures não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora e/ou sua Controladora sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou da Controladora ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora e/ou a Controladora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou a Controladora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- e) a Emissora irá requerer ou já solicitou, todas as autorizações e licenças relevantes e necessárias exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades;

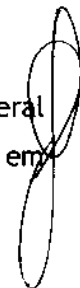


- f) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- g) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão; e,
- h) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

## CAPÍTULO IX - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

### Convocação

- 92. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação - Assembleia, ou pela CVM.
- 93. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma das cláusulas 52 e 53 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 94. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.
- 95. Independente de publicações e/ou avisos, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação - Assembleia.





96. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação - Assembleia, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.
97. Salvo determinado quorum específico estabelecido na presente Escritura de Emissão, as demais deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas dependerão da maioria simples dos Debenturistas presentes ao conclave.

#### **Quorum de Instalação**

98. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação - Assembleia e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.
99. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se as Debêntures em Circulação - Assembleia.

#### **Mesa Diretora**

100. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

#### **Quorum de Deliberação**

101. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular um voto, sendo admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.
102. Ressalvados os casos previstos na presente Escritura de Emissão, as matérias sujeitas à Assembleia Geral de Debenturistas serão aprovadas pelos titulares da maioria das



Debêntures em Circulação - Assembleia que estiverem presentes na Assembleia Geral de Debenturistas.

103. Observado o disposto na cláusula 98 acima e respeitado o disposto nas cláusulas 60, 61, 62 e 63 acima, relativas ao Vencimento Antecipado:

- a) ressalvado o disposto no item (b) abaixo, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação - Assembleia; e,
- b) as alterações (i) na Remuneração, (ii) nas Datas de Pagamento de Remuneração, (iii) nas Datas de Amortização, (iv) nas cláusulas desta Escritura de Emissão que dispõem sobre hipóteses de Vencimento Antecipado, (v) no prazo das Debêntures, e/ou (vi) nos dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura de Emissão, deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação - Assembleia.

104. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

#### CAPÍTULO X - NOTIFICAÇÕES

105. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

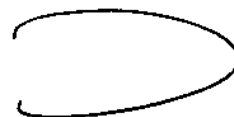
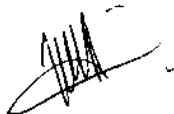
Canabrava Energética S.A.

Rodovia RJ - 224, sem número, (parte), Distrito de Travessão

CEP.: 28175-000 - Campos dos Goytacazes - RJ

At.: Ludovico Giannattasio

Tel.: (22) 2789-1587



Fax.: (22) 2711-7598

Correio Eletrônico: [ludovico@usinacanabrava.com.br](mailto:ludovico@usinacanabrava.com.br)

**Para o Agente Fiduciário:**

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca

CEP.: 22640-100 - Rio de Janeiro - RJ

At.: Gustavo Dezouart T. Pinto

Tel.: (21) 3514-0000

Fax.: (21) 3514-0099

Correio Eletrônico: [gustavo@oliveiratrust.com.br](mailto:gustavo@oliveiratrust.com.br) e [agente@oliveiratrust.com.br](mailto:agente@oliveiratrust.com.br)



**Para o Agente de Cálculo:**

ALÉIA S.A.

Avenida das Américas, n.º 700, Bloco 6, Sala 234, Barra da Tijuca

CEP.: 22040-100 - Rio de Janeiro - RJ

At.: Leonardo Ciuffo

Tel.: (21) 2109-3711

Fax.: (21) 2109-3733

Correio Eletrônico: [leonardociuffo@aleia.com.br](mailto:leonardociuffo@aleia.com.br)

**Para o Banco Mandatário e Instituição Depositária:**

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, Avenida Yara, s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar

CEP.: 06029-900 - Osasco - SP

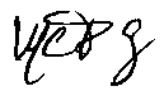
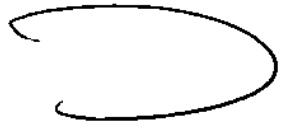
At.: Marcelo Poli

Tel.: (11) 3684-7654

Fax.: (11) 3684-2066

Correio Eletrônico: [4010.mpoli@bradesco.com.br](mailto:4010.mpoli@bradesco.com.br)

**Para a CETIP:**



CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar

CEP.: 01009-000 - São Paulo, SP

Tel.: (11) 3111-1596 / 3365-4925

Fac-símile: (11) 3111-1564

Correio eletrônico: [gr.debentures@cetip.com.br](mailto:gr.debentures@cetip.com.br)

106. As comunicações, conforme previstas nesta cláusula serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por *fac-símile* ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

## CAPÍTULO XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

### Renúncia

107. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura.

### Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

108. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes, desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução



específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

### Cessão

109. Em caso de cessão parcial ou total das Debêntures, nos termos descritos nesta Escritura de Emissão, o cessionário das Debêntures passará a fazer jus a todos os direitos descritos nesta Escritura de Emissão, na proporção da dívida detida contra a Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, devendo anuir, quando da aquisição das Debêntures, a todos os termos e condições descritos nesta Escritura de Emissão.

### Fiel Depositária

110. A Emissora, através de seus representantes legais infra assinados, será fiel depositária, nos termos do artigo 629 do Código Civil, das versões assinadas e arquivadas dos Documentos da Operação, assumindo a obrigação de entregar tais documentos ao Agente Fiduciário, no local por ele indicado, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir do recebimento de notificação por escrito nesse sentido.

\_\_\_\_\_  
Nome:

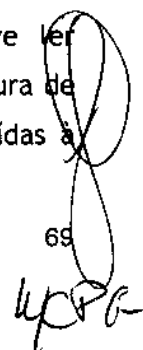
Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

### FATORES DE RISCO

111. O investimento em debêntures voltadas para financiamento de projetos envolve alto grau de risco. Os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente os riscos descritos abaixo antes de tomarem uma decisão de investimento. Esses riscos envolvem fatores de liquidez, crédito, mercado, rentabilidade, regulamentação específica, entre outros, que se relacionam à Emissora, à Planta de Cogeração, empresas do mesmo grupo econômico e às Debêntures. O potencial Investidor Qualificado deve ler cuidadosamente todas as informações que estão relacionadas na presente Escritura de Emissão e efetuar sua própria análise das Garantias que estão sendo constituídas a



presente Emissão antes de tomar uma decisão de investimento. Os riscos abaixo elencados são a título exemplificativo e não taxativo.

## **RISCOS RELACIONADOS AO AMBIENTE MACROECONÔMICO**

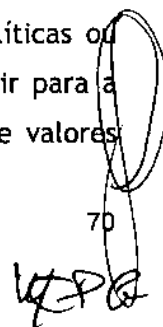
### ***Intervenções na Política Econômica do Governo Federal Brasileiro.***

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, que modificam as políticas monetárias, de crédito, fiscal e outras para influenciar a economia do Brasil.

As ações do Governo Federal para controlar a inflação e efetuar outras políticas envolveram, no passado, controle de salários e preço, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e determinados limites sobre as mercadorias e serviços importados, dentre outras. Não há controle sobre quais medidas ou políticas que o Governo Federal poderá adotar no futuro e não é possível prevê-las. Os negócios, resultados operacionais e financeiros e o fluxo de caixa da Emissora podem ser adversamente afetados em razão de mudanças na política pública federal, estadual e/ou municipal, e por fatores como:

- índices de inflação;
- flutuações nas taxas de juros;
- falta de liquidez nos mercados doméstico, financeiro e de capitais;
- racionamento de energia elétrica;
- instabilidade de preços;
- política fiscal e regime tributário; e
- medidas de cunho político, social e econômico, incluindo, mas não limitado a políticas de controle cambial, que ocorram e possam afetar o País.

Adicionalmente, o Presidente da República tem poder considerável para determinar as políticas governamentais e atos relativos à economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e desempenho financeiro de empresas brasileiras. A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores



70

mobiliários brasileiro, sendo assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as atividades e resultados operacionais da Emissora, e por consequência, o seu desempenho financeiro.

#### ***Efeitos desfavoráveis da Retração no Nível da Atividade Econômica.***

Eventual retração no nível de atividade da economia brasileira, ocasionada seja por crises internas ou crises externas, pode acarretar elevação no patamar de inadimplimento de pessoas físicas e jurídicas, incluindo o potencial patamar de inadimplimento dos atuais e futuros consumidores da Emissora.

Uma eventual redução do volume de investimentos estrangeiros no País poderá ter impacto no balanço de pagamentos, o que poderá forçar o Governo Federal a ter maior necessidade de captações de recursos, tanto no mercado doméstico quanto no mercado internacional, a taxas de juros mais elevadas. Igualmente, eventual elevação significativa nos índices de inflação brasileiros e eventual desaceleração da economia mundial podem trazer impacto negativo para a economia brasileira e vir a afetar os patamares de taxas de juros, elevando despesas com empréstimos já obtidos e custos de novas captações de recursos por empresas brasileiras.

#### ***Riscos Relativos ao Ambiente Macroeconômico Internacional.***

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado pela percepção de risco do Brasil e de outras economias emergentes e a deterioração dessa percepção poderá ter um efeito negativo na economia nacional.

Acontecimentos adversos na economia e as condições de mercado em outros países de mercados emergentes, especialmente da América Latina, poderão influenciar o mercado em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Ainda que as condições econômicas nesses países possam diferir consideravelmente das condições econômicas no Brasil, as reações dos investidores aos acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros.

 71

Além disso, em consequência da globalização, não apenas problemas com países emergentes afetam o desempenho econômico e financeiro do país como também a economia de países desenvolvidos, como os Estados Unidos da América, interferem consideravelmente no mercado brasileiro.

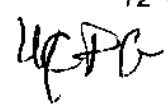

Assim, em consequência dos problemas econômicos em vários países de mercados desenvolvidos em anos recentes (como por exemplo, a crise imobiliária nos Estados Unidos da América em 2008), os Investidores estão mais cautelosos na realização de seus investimentos, o que causa uma retração dos investimentos. Essas crises podem produzir uma evasão de investimentos estrangeiros no Brasil, fazendo com que as companhias brasileiras enfrentem custos mais altos para captação de recursos, tanto nacional como estrangeiro, impedindo ou dificultando o acesso ao mercado de capitais. Desta forma, é importante ressaltar que eventuais crises nos mercados internacionais podem afetar o mercado de capitais brasileiro e ocasionar uma redução ou falta de liquidez para as Debêntures.

#### **RISCOS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA BRASILEIRO**

*A Emissora, na qualidade de futura PIE, estará sujeita a uma extensa legislação e regulamentação governamental relacionadas às suas atividades e alterações das normas do setor podem gerar efeitos negativos sobre seus negócios e resultados operacionais.*

As operações de geração de energia da Emissora são amplamente reguladas pela ANEEL e pelo Ministério de Minas e Energia ("MME"). Em 2004, o Governo Federal implantou novas políticas de profundos efeitos sobre o setor de energia brasileiro. Em 15 de março de 2004, foi aprovada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico que alterou substancialmente as diretrizes até então vigentes na comercialização de energia e implementou o novo modelo do setor elétrico no Brasil.

A constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico foi contestada perante o Supremo Tribunal Federal, por meio de ações diretas de inconstitucionalidade. Em 11 de outubro de 2006, o Supremo Tribunal Federal indeferiu as medidas cautelares das ações diretas de inconstitucionalidade, por 7 (sete) votos a 4 (quatro), declarando que, em princípio, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não viola a Constituição Federal. No





entanto, o mérito das ações diretas de inconstitucionalidade ainda não foi julgado, sendo que, em 6 de janeiro de 2009, a Procuradoria Geral da República deu parecer favorável pela improcedência do pedido. Caso a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico seja declarada inconstitucional, os agentes do setor elétrico, incluindo a Emissora, poderão ser adversamente afetados.

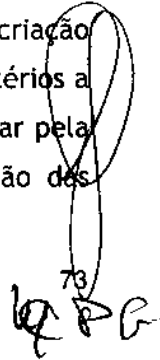
O efeito integral das reformas introduzidas pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e sua continuidade, o resultado final da ação perante o Supremo Tribunal Federal e reformas futuras na regulamentação do setor elétrico são difíceis de prever, sendo que as mesmas poderão ter um impacto negativo sobre os negócios da Emissora e seus resultados operacionais.

As principais atividades comerciais, a implementação da estratégia de crescimento e a condução das atividades da Emissora podem ser afetadas de forma adversa por ações governamentais, dentre as quais: (a) alteração na legislação aplicável aos negócios da Emissora; (b) descontinuidade e/ou mudanças nos programas de concessão federal e estaduais; e (c) imposição de critérios mais rigorosos para a qualificação em licitações futuras.

A Emissora não pode assegurar as ações que serão tomadas pelo Governo Federal no futuro e em que medida tais ações poderão afetar os resultados operacionais da Emissora. Caso a Emissora seja obrigada a proceder de maneira substancialmente diferente daquela estabelecida em seu plano de negócio, os resultados financeiros e operacionais da Emissora poderão ser adversamente afetados.

***O projeto de reforma das agências reguladoras em tramitação no Congresso Nacional pode afetar a competência da ANEEL, o que poderá afetar a Emissora adversamente.***

Há projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional (PL - 3337/2004) que dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das agências reguladoras. Esse projeto de lei visa alterar a estrutura de tais agências, mediante, dentre outros pontos, a criação (i) de contratos de gestão, que deverão ser firmados entre as agências e os Ministérios a que estiverem vinculadas, e (ii) de ouvidoria nas agências, com o objetivo de zelar pela qualidade dos serviços prestados e acompanhar o processo interno de apuração das



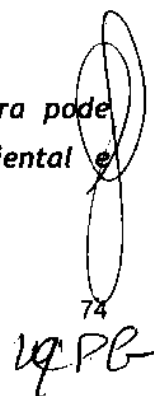
denúncias e reclamações dos usuários, seja contra a atuação da agência, seja contra entes regulados, sendo que o ouvidor, responsável pela respectiva ouvidoria, será indicado pelo Presidente da República. Caso a mencionada lei entre em vigor, as medidas dela decorrentes poderão reduzir as atribuições da ANEEL, passando o poder concedente, por outro lado, sobretudo o MME - ao qual a ANEEL é vinculada -, a ter maior atuação e influência no setor elétrico brasileiro. Não há como garantir que as alterações a serem aprovadas não afetarão negativamente as empresas do setor elétrico.

***As operações, instalações e equipamentos da Emissora, estão sujeitos a ampla regulamentação de segurança do trabalho, ambiental e de saúde que podem se tornar mais rigorosas no futuro e resultar em maiores responsabilidades e investimentos de capital.***

As atividades da Emissora estão sujeitas a uma abrangente legislação ambiental no âmbito federal, estadual e municipal, bem como a fiscalização por agências governamentais responsáveis pela implementação de leis e políticas de saúde, ambientais e de segurança do trabalho. As disposições destas legislações incluem, entre outras, a obrigação de cumprir com padrões ambientais, obtenção de licenças ambientais para a construção de novas instalações ou a instalação de novos equipamentos necessários às operações da Emissora. A alteração das regras pode dificultar ou até mesmo impossibilitar a capacidade da Emissora de cumprir as exigências aplicáveis, o que impediria as operações da Emissora.

Pessoas físicas, organizações não governamentais e o público em geral tem o direito de comentar e, de outra forma, acompanhar o processo de licenciamento, podendo inclusive propor medidas judiciais para suspendê-lo ou cancelá-lo, ou incitar as autoridades públicas para que o façam. Independentemente do dever de reparar ou indenizar eventuais danos causados, o descumprimento dessas obrigações pode acarretar, entre outras consequências, a aplicação de sanções de natureza criminal contra a Emissora e seus administradores, além de penalidades administrativas tais como o pagamento de multas, a revogação de licenças ou a paralisação das obras.

***A ocorrência de danos ambientais envolvendo as atividades da Emissora pode sujeitá-la ao pagamento de substanciais custos de recuperação ambiental e***



74

***indenizações, que podem afetar negativamente seus negócios e o valor de mercado das Debêntures.***

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. O pagamento de substanciais custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais pode obrigar a Emissora a retardar ou redirecionar seu capital na realização de tais pagamentos e este fato pode impactar adversamente a Emissora e o cumprimento das obrigações financeiras contraídas com a Emissão.

***A cobertura de seguro da Emissora pode não ser suficiente para cobrir eventuais perdas.***

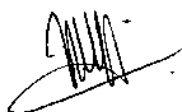
As apólices de seguro podem não ser suficientes para cobrir totalmente todas as responsabilidades em que a Emissora possa incorrer no curso habitual dos seus negócios. Assim, os resultados das suas operações podem ser prejudicados pela ocorrência de sinistros para os quais não esteja totalmente coberta nos termos das suas apólices de seguro em vigor à época de tais ocorrências.

#### **RISCOS RELACIONADOS À EMISSORA E SUAS OPERAÇÕES**

***Riscos relativos às atividades da Emissora e à sua condição de companhia em início de atividades***

A Emissora foi constituída em 16 de outubro de 2009 com o propósito específico de construir e explorar a Planta de Cogeração. Assim, devido ao estágio preliminar de operação da Emissora, a sua capacidade de implementar a estratégia de negócios proposta poderá ser prejudicada de modo relevante por vários fatores, tanto internos como externos, conhecidos como desconhecidos.

Tendo em vista que a Planta de Cogeração ainda não foi construída, não há como assegurar que esta estará concluída dentro do prazo previsto e de acordo com as condições necessárias à sua plena operação. Desta forma, os direitos creditórios que serão originados a partir da comercialização de energia e que foram cedidos fiduciariamente podem não existir ou ser afetados adversamente na hipótese de



75



embargos de obra, administrativos ou judiciais, ou em virtude de decisões judiciais ou propositura de ações que possam afetar a construção da Planta de Cogeração.

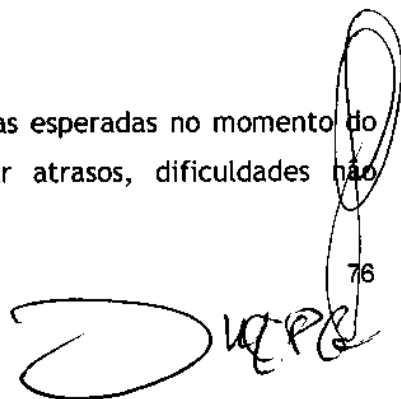
Adicionalmente, devido à fase pré-operacional, a Emissora ainda não possui qualquer histórico de operação e geração de receitas e não há como assegurar que o fluxo de recebíveis que poderão vir a ser percebidos quando do início da comercialização de energia serão suficientes para arcar com o pagamento das Debêntures. Por esta razão, mesmo depois de concluída, os Debenturistas estarão sujeitos aos riscos de operação da Planta de Cogeração.

*Atraso na construção e aumento do preço e dos custos relacionados à aquisição de equipamentos e às obras de construção civil, bem como intempéries, riscos geológicos e outros fatores não antecipados podem afetar adversamente a rentabilidade do projeto da Emissora, ou mesmo torná-lo inviável.*

Eventuais atrasos ou aumento de custos na construção e na implementação da Planta de Cogeração podem provocar atraso no início da geração de energia. Adicionalmente, atrasos na conclusão da Planta de Cogeração e da geração de energia podem impactar negativamente o fluxo de caixa da Emissora, o que poderá aumentar a necessidade de capital adicional. Esses atrasos e aumentos nos custos podem fazer com que a conclusão da Planta de Cogeração seja inviável dentro do prazo de carência para pagamento das Debêntures.

Além disso, a Emissora pode não ser capaz de concluir a construção da Planta de Cogeração dentro do cronograma ou orçamento, devido a uma série de outros fatores e circunstâncias, incluindo, mas não se limitando a, falta de materiais, equipamentos, especialização técnica e mão-de-obra, condições climáticas adversas, fenômenos naturais, disputas trabalhistas, problemas imprevistos de engenharia, problemas ambientais ou geológicos, disputas com empreiteiros e sub-empreiteiros, atrasos na obtenção de licenças, autorizações e aprovações por parte das autoridades competentes, que podem resultar no aumento dos investimentos para construção da Planta de Cogeração ou em atrasos na conclusão das obras.

A ocorrência de intempéries ou de condições diferentes das esperadas no momento do planejamento da Planta de Cogeração podem ocasionar atrasos, dificuldades não

  
76

antecipadas e contingências de naturezas diversas que podem implicar aumento nos custos e nos prazos de implantação da Planta de Cogeração, impactando negativamente o retorno dos investimentos e podendo impactar adversamente no pagamento das Debêntures.

***A comercialização de energia pela Emissora está sujeita à outorga de autorização pela ANEEL***

A comercialização de energia por produtores independentes de energia (PIE) depende da outorga de autorização pela ANEEL, conforme procedimento previsto na Resolução Normativa nº 390, que por sua vez é concedida mediante a publicação da competente resolução autorizativa.

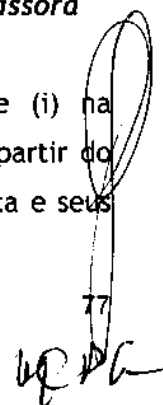
Conforme a Resolução Autorizativa n.º 2.249, a ANEEL concedeu à Controladora a autorização para estabelecer-se como PIE. O pedido de transferência da titularidade da referida Resolução Autorizativa n.º 2.249 para a Emissora será solicitado junto à ANEEL, no entanto, não há como assegurar que a transferência da autorização será concedida ou, se concedida, que as obrigações impostas pela ANEEL quando da expedição da Resolução Autorizativa n.º 2.249 serão factíveis de serem cumpridas pela Emissora.

Vale ressaltar que o não cumprimento das obrigações estabelecidas na Resolução Autorizativa n.º 2.249 pode levar à revogação da autorização, sem que seja devida qualquer espécie de indenização à Emissora, inclusive pelos investimentos realizados pela Emissora na construção da Planta de Cogeração.

A não outorga de autorização ou a revogação desta, culminará na impossibilidade de venda de energia pela Emissora, sendo que a Emissora poderá não dispor de outros recursos para realizar os pagamentos devidos aos Debenturistas, na forma prevista nesta Escritura de Emissão.

***Riscos Relativos ao fato de a Planta de Cogeração ser o único projeto da Emissora***

A Emissora consiste em uma sociedade cujo propósito específico consiste (i) na construção e operacionalização da Planta de Cogeração de energia elétrica a partir do bagaço de cana-de-açúcar; (ii) na geração e comercialização de energia elétrica e seus



subprodutos, por conta própria ou por conta de terceiros; e (iii) no desenvolvimento do Projeto de MDL.

Desta forma, caso não seja possível a implantação da Planta de Cogeração ou a sua operacionalização da forma pretendida, a Emissora não disporá de outros recursos para arcar com suas obrigações perante os Debenturistas.

***Riscos relacionados à transferência dos direitos decorrentes da Resolução Autorizativa n.º 2.249, da Cessão de Posição Contratual e da concentração dos contratos de comercialização de energia***

Na data da presente Escritura de Emissão, a Controladora possui apenas 1 (um) contrato de comercialização de energia devidamente celebrado, que representa 63% (sessenta e três por cento) do volume total de energia projetado para a Planta de Cogeração.

A Controladora obrigou-se a realizar todos os procedimentos necessários para efetuar a transferência para a Emissora da outorga da Resolução Autorizativa n.º 2.249, bem como a realizar a cessão de posição contratual do mencionado contrato de comercialização de energia. No entanto, não há como assegurar que a transferência da outorga será concedida ou, se concedida, que as obrigações impostas pela ANEEL quando da expedição da Resolução Autorizativa n.º 2.249 serão factíveis de serem cumpridas pela Emissora, sendo certo que a cessão de posição contratual, já prevista contratualmente, está condicionada à obtenção pela Emissora da referida autorização a ser concedida pela ANEEL.

A concentração de consumidores na compra da energia elétrica produzida pela Emissora pode aumentar a exposição da Emissora aos riscos mencionados no "fator de risco" abaixo.

***A Emissora estará sujeita ao risco de inadimplência dos clientes no âmbito do Ambiente de Comercialização Livre (ACL), o que pode impactar negativamente seu resultado.***

No âmbito do projeto de investimento a Emissora celebrará contratos com compradores da energia gerada. A Emissora não poderá garantir que as contrapartes honrarão tais



contratos. No caso de descumprimento dos termos dos contratos por algum cliente, a Emissora poderá ter suas operações comprometidas e vir a sofrer um impacto negativo nos seus resultados.

Além disso, como as vendas de energia elétrica no Ambiente de Comercialização Livre ("ACL") não dispõem de garantias de pagamento semelhantes às observadas nos leilões de compra e venda de energia, a eventual inadimplência dos clientes poderá resultar em contingências e eventuais dificuldades de recuperação dos créditos da Emissora. Além disso, os contratos de venda são de longo prazo, e a Emissora não poderá garantir que a qualidade do crédito do comprador continuará a mesma e que o mesmo honrará o contrato durante toda a sua vigência.

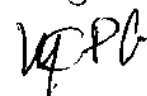
Desta forma, o descumprimento da obrigação de pagar o preço da energia previsto nos contratos de comercialização de energia, ainda mais se por um percentual significativo dos compradores, poderá comprometer o pagamento das Debêntures, caso a Fiança e demais garantias reais oferecidas não sejam honradas ou suficientes pra satisfazer o saldo devedor das Debêntures.

#### ***Riscos relacionados ao fornecimento do bagaço de cana-de-açúcar***

O principal insumo para a cogeração de energia elétrica pela Emissora é o bagaço da cana-de-açúcar e tal insumo será obtido nos termos do *Instrumento Particular de Permuta de Bagaço de Cana-de-Açúcar por Vapor D'água*, celebrado entre a Emissora e a Portopar em 3 de maio de 2010 ("Contrato de Permuta").

O Contrato de Permuta, que vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos, estabelece que o bagaço de cana-de-açúcar será fornecido pela Portopar à Emissora sem ônus, e em contrapartida, a Emissora cederá à Portopar, sem ônus, o vapor d'água, que é um subproduto da atividade de cogeração de energia elétrica.

Tendo em vista que o bagaço de cana-de-açúcar é um insumo essencial à geração de energia elétrica, caso o Contrato de Permuta venha a ser rescindido, a Emissora terá que buscar novo fornecedor e não há como assegurar que será possível celebrar novo contrato no qual o fornecimento do insumo tenha como contra-partida a entrega de resíduo do processo de geração de energia. Assim, os custos na aquisição do bagaço de



cana-de-açúcar poderão afetar a sua situação financeira e, conseqüentemente, o adimplemento das obrigações financeiras das Debêntures.

### *Riscos relacionados ao Protocolo de Quioto e aos Créditos de Carbono*

O Protocolo de Quioto é um tratado internacional que estabelece compromissos rígidos dos países signatários para a redução da emissão dos gases que provocam o efeito estufa, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas realizadas até hoje, como a principal causa do aquecimento global. Discutido e negociado no Japão em 1997, o Protocolo de Quioto entrou oficialmente em vigor em 16 de fevereiro de 2005, depois que a Rússia o ratificou em novembro de 2004.

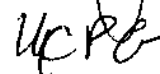
Este tratado propõe um mecanismo por meio do qual os países desenvolvidos têm a obrigação de reduzir a quantidade de gases geradores de efeito estufa, em pelo menos 5,2% até 2012, em relação aos níveis emitidos em 1990. Os países signatários obrigaram-se a colocar em prática certos planos para reduzir a emissão desses gases entre 2008 e 2012. A redução das emissões deverá acontecer em diferentes atividades econômicas. Especificamente, o Protocolo de Quioto estimula os países signatários a cooperarem entre si, através de algumas ações básicas, que incluem a promoção do uso de fontes energéticas renováveis e a proteção de florestas e outros "sumidouros" de carbono.

Um dos mecanismos fundamentais do Protocolo de Quioto é o chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, que estabelece um mercado para Certificados de Redução de Emissões, ou Créditos de Carbono, através do qual empresas e países que não se adequarem às metas de emissão poderão comprar créditos de projetos que reduzem tais emissões. As fontes renováveis são consideradas energias limpas, uma vez que permitem a geração de energia sem o uso de combustíveis fósseis, minimizando a emissão de gases que contribuem para o aquecimento global e para o efeito estufa.

A Emissora, como empreendimento elegível para receber Créditos de Carbono e, conseqüentemente, aferir receitas adicionais, está sujeita a diversos riscos inerentes ao mercado de Créditos de Carbono, como riscos regulatórios e de performance, tais como: (i) falhas iniciais na formulação do projeto, (ii) rejeição da metodologia empregada no desenvolvimento do projeto, (iii) não aprovação do projeto pela autoridade nacional competente, (iv) não aprovação do projeto no Conselho Executivo da ONU, (v) atrasos na



80





obtenção da certificação do projeto, (vi) não certificação do projeto, (vii) ausência de mercado comprador dos Créditos de Carbono, e (viii) ausência de competição na compra dos Créditos de Carbono.

A Emissora não pode garantir o sucesso do desenvolvimento de seu Projeto de MDL, tampouco garantir o pagamento do Prêmio de Participação aos Debenturistas.

Além disso, entre os dias 7 e 18 de dezembro de 2009, foi realizada em Copenhague, Dinamarca, a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2009, também chamada Conferência de Copenhague (oficialmente *United Nations Climate Change Conference* ou "COP15"). A conferência foi organizada pelas Nações Unidas e reuniu os líderes mundiais para discutir como reagir às mudanças climáticas (principalmente o aquecimento global) atuais, sendo a primeira tentativa de atingir um acordo formal para substituir o Protocolo de Quioto que expira em 2012.

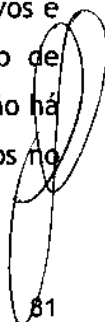
O resultado da COP15 foi apenas uma declaração de intenções, não unânime e sem efeito vinculante, que prevê ações para a manutenção do aumento da temperatura global a 2°C, mas não define qualquer redução de emissões de gases que provocam o efeito estufa. A não existência de novo acordo internacional sobre o assunto pode impactar adversamente na venda dos Créditos de Carbono, seus preços ou mesmo sua validade.

## **RISCOS RELACIONADOS À EMISSÃO E ÀS DEBÊNTURES**

### ***Riscos financeiros da Emissão***

Há três espécies principais de riscos financeiros: (i) riscos decorrentes de possíveis descompassos entre as taxas de remuneração de ativos e passivos; (ii) risco de insuficiência de recursos e/ou garantias; e (iii) risco de falta de liquidez, melhor descrito no "fator de risco" abaixo.

No caso da Emissora, o risco de descompasso entre as taxas de remuneração de ativos e passivos é mitigado pelo fato desta ter celebrado contratos de comercialização de energia elétrica com o mesmo índice de atualização das Debêntures. No entanto, não há como assegurar que os contratos de comercialização de energia a serem celebrados no futuro serão atualizados pelo mesmo índice das Debêntures.



81



***A baixa liquidez do mercado secundário de debêntures brasileiro pode limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Debêntures.***

A presente Emissão é realizada nos termos da Instrução CVM n.º 476, com o objetivo de dar mais agilidade e reduzir os custos de emissão das Debêntures, tendo em vista que a Emissão é realizada com esforços restritos e, segundo os ditames da Instrução CVM n.º 476, está isenta de registro perante a CVM e de apresentação do prospecto da Oferta.

As Debêntures adquiridas no âmbito da presente Oferta somente poderão ser negociadas após o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da respectiva integralização, e a venda só pode ser realizada entre Investidores Qualificados.

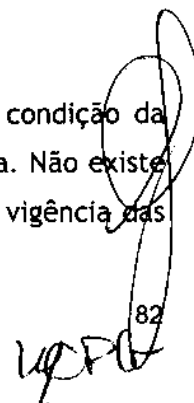
O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta histórico de baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Debêntures que permita a seus subscritores sua posterior alienação, caso venham a decidir vendê-las.

Tendo em vista as particularidades de ofertas no âmbito da Instrução CVM n.º. 476, é de se prever que a liquidez das Debêntures seja ainda menor do que a liquidez histórica, que já era baixa. Dessa forma, os titulares das Debêntures podem ter dificuldades em realizar sua venda no mercado secundário.

***As obrigações da Emissora, constantes da Escritura de Emissão, estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.***

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora, tais como: (i) pedido de recuperação judicial ou falência por parte da Emissora, (ii) não cumprimento das obrigações previstas na Escritura de Emissão, e (iii) rebaixamento na classificação de risco da Emissão, entre outras.

A classificação de risco atribuída à presente Emissão baseou-se na atual condição da Emissora e nas informações presentes na data de celebração desta Escritura. Não existe garantia de que a classificação de risco permanecerá inalterada durante a vigência das



Debêntures. Caso a classificação de risco seja rebaixada e não seja decretado o vencimento antecipado, os Debenturistas poderão encontrar dificuldades ainda maiores para obter o retorno esperado do investimento.

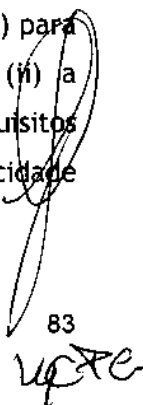
Não há garantias de que a Emissora terá recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações.

Adicionalmente, não houve na Data de Emissão, a avaliação de todas as garantias concedidas à Emissão. O atendimento aos limites da Emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações foi feito com base no valor apurado para apenas uma garantia: o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios - que totalizava à época da emissão R\$ 121.772.594,00 (cento e vinte e um milhões, setecentos e setenta e dois mil, quinhentos e noventa e quatro reais), sendo portanto correspondente a 185% (cento e oitenta e cinco por cento) do Valor Total da Emissão.

Os debenturistas devem estar cientes que (i) somente haverá avaliação das demais garantias listadas na cláusula 55 da Escritura caso haja eventual deterioração das garantias relacionadas à Alienação Fiduciária de Imóvel e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, (ii) dos riscos envolvidos pela não avaliação, na Data de Emissão, das garantias listadas na cláusula 55 da Escritura, pois em caso de deterioração da garantia relacionada a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, as demais garantias quando forem avaliadas, podem não ser suficientes para cobrir integralmente o saldo devedor da emissão.

***Pode não ser possível efetuar a constituição de parcela significativa das garantias relativas aos ativos da Emissora para cumprimento de suas obrigações***

Em 15 de dezembro de 2009, a ANEEL publicou (i) a Resolução n.º 389, que estabelece deveres, direitos e outras condições aplicáveis às outorgas de autorização de Produtores Independentes de Energia Elétrica (PIE) ou Autoprodutores de Energia Elétrica (APE) para implementação e/ou exploração de central geradora de energia elétrica, e (ii) a Resolução Normativa n.º 390 ("Resolução n.º 390"), que estabelece os requisitos necessários à outorga de autorização para exploração e alteração da capacidade



83  
VETE

instalada, bem como os procedimentos para registro de centrais geradoras, entre outras providências.

O artigo 2º, inciso XVIII, da Resolução n.º 389, determina a obrigação dos PIEs ou APEs de solicitar anuência previa à ANEEL em caso de transferência da outorga ou do controle societário.

O artigo 5º, inciso VI, da Resolução n.º 389, prevê que constitui direito dos PIEs ou APEs oferecer em garantia de financiamentos para realização de obras e serviços, os direitos emergentes da outorga correspondente, assim como os bens constituídos pela central geradora, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica, devendo constar dos eventuais contratos de financiamento a expressa renúncia dos agentes financiadores a qualquer ação ou direito contra a ANEEL ou o poder concedente.

O artigo 13 da Resolução n.º 390 determina que nos casos de transferência total ou parcial da titularidade da autorização da ANEEL, o sucessor deverá encaminhar à ANEEL os documentos referentes à qualificação jurídica listados no Anexo I da referida resolução.

Em função das disposições regulamentares acima mencionadas e dos Contratos de Alienação Fiduciária de Ações e de Cessão Fiduciária de Recebíveis de Energia a serem firmados pela Emissora, (i) os prazos para obtenção do registro de tais documentos poderão sofrer atrasos em função de eventuais exigências formuladas pela ANEEL, o que poderá inviabilizar a regular constituição destas garantias na presente data ou (ii) a constituição futura destas garantias poderá não ocorrer ou ser prejudicada.

Caso a Emissora não obtenha êxito em sanar as exigências ou não constitua as garantias dentro dos prazos previstos, poderá ser decretado o Vencimento Antecipado das Debêntures e os credores poderão não dispor de garantias suficientes para adimplemento de seus créditos.

#### **Risco de Estrutura**



84  
LYCAB

A presente Emissão tem o caráter de "operação estruturada", desta forma e pelas características inerentes a este conceito, a arquitetura do modelo financeiro, econômico e jurídico considera um conjunto de rigores e obrigações de parte a parte estipuladas através de contratos públicos ou privados tendo por diretrizes a legislação em vigor.

No entanto, em razão da pouca maturidade e da falta de tradição e jurisprudência no mercado de capitais brasileiro, no que tange a operações de debêntures, em situações de controvérsia, poderá haver perdas por parte dos Debenturistas em razão do dispêndio de tempo e recursos para eficácia do arcabouço contratual. Não há garantias nem parâmetros seguros que possam lastrear de qualquer previsão ou indicativo do posicionamento dos tribunais brasileiros com relação às questões aqui tratadas.

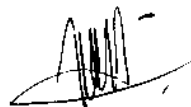
Adicionalmente, por ser uma "operação estruturada", é recomendado aos investidores efetuar a leitura completa de todos os documentos relacionados a Emissão de Debêntures bem como dos contratos de garantia. Ainda neste sentido, devem efetuar sua própria análise dos riscos envolvidos, inclusive no que se refere à constituição, suficiência e exequibilidade das garantias que lhe são concedidas.

### ***Risco Tributário***

Este pode ser definido como o risco de perdas devido à criação de tributos, nova interpretação ou ainda de interpretação diferente que venha a se consolidar sobre a incidência de quaisquer tributos, obrigando as partes a novos recolhimentos, ainda que relativo a operações já efetuadas, tanto com relação às Debêntures quanto com relação às atividades da Emissora.

Vale ressaltar que os produtores independentes de energia possuem, atualmente, algumas isenções tributárias que caso venham a ser perdidas, poderão impactar negativamente no resultado da Emissora e acabar por prejudicar o pagamento das Debêntures.

### ***Demais Riscos***



As Debêntures também poderão estar sujeitas a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis às Debêntures, alteração na política econômica, dentre outros.

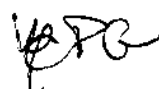
### ***Inexistência de Garantia de Rentabilidade***

Haja vista que o investimento nas Debêntures envolve uma série de riscos previsíveis e imprevisíveis, a presente Emissão não poderá ser considerada ou interpretada como uma garantia ou promessa de rentabilidade, ganhos e/ou retorno financeiro ao Debenturista.

## **CAPÍTULO XII - ARBITRAGEM**

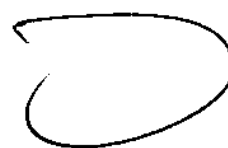
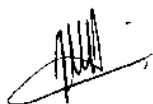
### **Legislação Aplicável e Cláusula Compromissória**

112. Esta Escritura de Emissão será regida e interpretada de acordo com a legislação da República Federativa do Brasil, sendo certo que eventuais divergências e/ou conflitos oriundos e/ou relacionados a esta Escritura de Emissão ou à sua execução, cumprimento ou interpretação deverão ser resolvidos na forma desta cláusula.
113. Na ocorrência de qualquer divergência oriunda e/ou relacionada a esta Escritura de Emissão, dentre outros, aqueles que envolvam sua validade, eficácia, violação, interpretação, término, rescisão e/ou seus consectários, deverão ser notificados por uma das Partes às demais, que envidarão seus melhores esforços para dirimir amigavelmente a aludida controvérsia, por meio de negociações diretas mantidas de boa-fé, em prazo não superior a 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do início espontâneo das negociações por qualquer das Partes e por qualquer meio, incluindo, mas não se limitando a cartas, conversas telefônicas, reuniões, e-mails, etc.
114. Na hipótese de impossibilidade de solução amigável na forma da cláusula acima, as Partes expressamente concordam que, com exceção das obrigações de pagar, líquidas e certas, que comportem processo de execução judicial, todos os conflitos oriundos de ou relacionados a esta Escritura de Emissão — incluindo, mas não se limitando a, aqueles que envolvam sua validade, eficácia, violação, interpretação, término, rescisão e/ou seus consectários — deverão ser resolvidos por arbitragem, regulada pela presente cláusula.



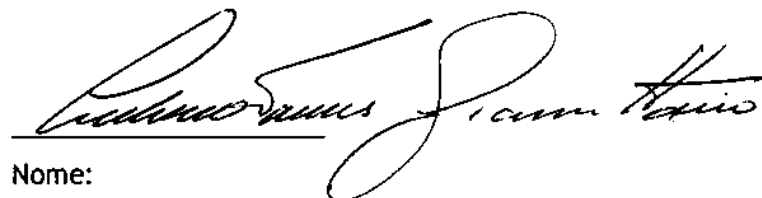
115. As Partes, desde já, assumem o compromisso de submeter à arbitragem, de forma definitiva, toda e qualquer divergência ou disputa relacionada à presente Escritura de Emissão, inclusive quanto à sua interpretação, execução, inadimplemento, rescisão ou nulidade, que deverá ser conduzida na Câmara de Arbitragem do Mercado, de acordo com os termos de seu Regulamento, com a estrita observância à legislação vigente, em especial a Lei nº 9.307/1996, valendo, outrossim, a presente como cláusula Compromissória, nos termos do artigo 4º dessa mesma Lei. Obrigam-se, para tanto, a firmar o respectivo termo de arbitragem e a acatar a sentença arbitral que vier a ser proferida, relativa a qualquer disputa ou controvérsia eventualmente surgida.
116. Fica excepcionalmente eleita pelas Partes a jurisdição estatal como sendo o único juízo competente para decidir a respeito de execução das obrigações líquidas, certas e exigíveis decorrentes desta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 585, II, do Código de Processo Civil. Para os fins desta cláusula, fica certo e ajustado que o foro competente para julgar a execução de tais obrigações é o foro central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 2010.



(Página 1/6 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures da Canabrava Energética S.A. celebrada em 3 de maio de 2010)

Emissora: Canabrava Energética S.A.




Nome:

Cargo:

---

Nome:

Cargo:



UK PR



(Página 2/6 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures da Canabrava Energética S.A. celebrada em 3 de maio de 2010)

**Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**




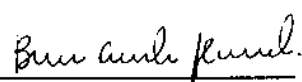
Nome:

Cargo:

(Página 3/6 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures da Canabrava Energética S.A. celebrada em 3 de maio de 2010)

Agente de Cálculo: ALÉIA S.A.

  
Nome: PRISCILA A.S. DE CARVALHO  
Cargo: PROCURADORA

  
Nome: BRUNA CUNHA ALMEIDA  
Cargo: PROCURADORA



(Página 4/6 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures da Canabrava Energética S.A. celebrada em 3 de maio de 2010)

Controladora: Álcool Química Canabrava S.A.



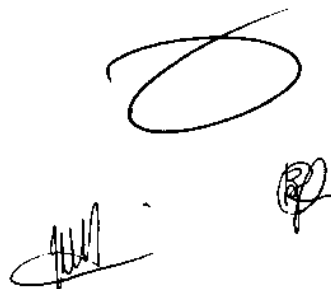
Nome:

Cargo:

---

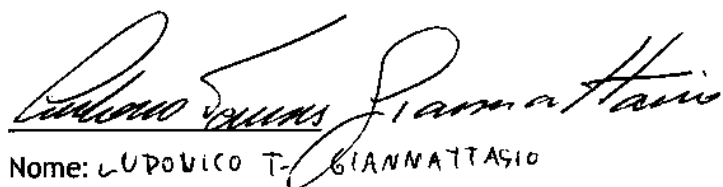
Nome:

Cargo:



(Página 5/6 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures da Canabrava Energética S.A. celebrada em 3 de maio de 2010)

Fiadores: Sr. Ludovico Giannattasio e Sra. Maria Cristina Papini Giannattasio



Nome: LUDOVICO T. GIANNATTASIO

RG: 16979-D

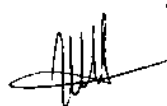
CPF: 093.219.567-20



Nome: MARIA CRISTINA PAPINI GIANNATTASIO

RG: 021.10046-6

CPF: 004.183.517-40



(Página 6/6 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures da Canabrava Energética S.A. celebrada em 3 de maio de 2010)

Testemunhas:

João de Almeida Ventura

Nome: JOÃO DE ALMEIDA VENTURA

RG: 011.796.007-0

CPF: 092.636.327-40

Daniela Teixeira Bandeira

Nome: DANIELE TEIXEIRA BANDEIRA

RG: 11277000

CPF: 066.205.226-96



